

**COMITÊ DE ESTATÍSTICAS SOCIAIS – SEGUNDO SEMINÁRIO NACIONAL**  
**AUDITÓRIO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS – BRASÍLIA – DF**  
**28 DE NOVEMBRO DE 2012 – 09:00H ÀS 17:00H**

**Instituições participantes:** Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais – Cedeplar, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira – Inep, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Ministério da Educação – MEC, Ministério da Integração – MI, Ministério da Justiça – MJ, Ministério do Planejamento – MP, Ministério da Previdência Social – MPS, Ministério da Saúde – MS, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR, Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, Universidade de Brasília – UnB.

#### **ABERTURA DO SEMINÁRIO**

##### **Wasmália Bivar – Presidenta do IBGE**

- A Presidenta do IBGE deu as boas vindas aos participantes do seminário e passou a palavra ao Secretário de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Paulo de Martino Jannuzzi.

##### **Paulo de Martino Jannuzzi – Secretário de Avaliação e Gestão da Informação do MDS**

- O Secretário agradeceu o convite da Presidenta do IBGE para que a Secretaria de Avaliação participasse da abertura do Seminário, ressaltando que a Secretaria é parceira do Comitê de Estatísticas Sociais desde a sua instalação. Este segundo Seminário ocorre após cinco anos de criação do Comitê e neste período contou com a participação intensa de diversos ministérios, desenvolvendo um conjunto de atividades bastante profícuas e interessantes. Estas atividades refletem o avanço na produção de estatísticas sociais e a preocupação crescente do Estado Brasileiro, nas suas três instâncias, com a produção de informação para melhorar os diagnósticos dos instrumentos de monitoramento e avaliação das políticas públicas, melhorando a capacidade de gestão dos programas.
- As políticas sociais demandam uma produção sistemática de informações estatísticas e organização de registros administrativos e cadastros públicos. Este processo tem se dado na estruturação do conjunto de direitos da Constituição de 1988 e também do resgate da capacidade de planejamento do Estado Brasileiro. A profissionalização crescente da administração pública,

requerendo técnicos especializados para lidar com informação de tantas temáticas, também é um incentivo adicional para esse tipo de atividades que o Comitê de Estatísticas Sociais desenvolve.

- Outro aspecto institucional importante que o Comitê de Estatísticas Sociais reflete é o avanço que o IBGE vem desenvolvendo no sentido da coordenação das estatísticas econômica-sociais. O IBGE tem este mandato constitucional de ser o órgão coordenador do Sistema Estatístico Nacional e está cumprindo esta tarefa fazendo da forma mais participativa e colaborativa possível. Os ministérios são sempre convidados para participar de diversas atividades desde a discussão de questionários e temáticas de pesquisas até a produção de estatísticas. Este processo participativo vem ocorrendo ao longo dos últimos vinte anos, notadamente nos últimos dez, sobretudo neste Comitê, que é uma síntese de como fazer uma coordenação compartilhada, produtiva e colaborativa com os outros agentes produtores de informação estatística. O Comitê vem buscando convergência de padrões, inicialmente com documentação padronizada para depois avançar em outras etapas da coordenação, na busca por classificações similares e assim por diante.
- Por fim, o Comitê é uma iniciativa importante de desenvolvimento institucional brasileiro no sentido da produção da informação estatística. Gostaria de parabenizar o IBGE pela condução destas iniciativas, seja no âmbito deste Comitê ou de outras atividades no sentido de fazer que os ministérios e a sociedade brasileira tenha acesso cada vez maior a informações estatísticas de boa qualidade, cada vez mais abrangentes e com uma tempestividade cada vez maior, além de colaborar com o processo de integração, padronização e acesso às informações estatísticas e administrativas dos vários ministérios.

### **Wasmália Bivar – Presidenta do IBGE**

- A legislação tem uma lei específica que designa o IBGE como produtor oficial das informações estatísticas e como coordenador do Sistema Estatístico Nacional. Como produtor o IBGE tem que entender qual é a demanda que está sendo feita e desenvolver internamente capacidade técnica de realização. O papel de coordenação é mais delicado, alcançando mais eficiência quando houver maior compreensão de que a atuação conjunta proporciona benefício para todos.
- O Brasil é reconhecido como um país que detém um volume de informações muito ricas, não só naquilo que o IBGE produz, mas também das próprias áreas setoriais com a produção de registros administrativos que depois se transformam em informação para a sociedade como um todo. Temos um conjunto grande de registros administrativos consolidados para quase todos os ministérios, com cobertura nacional, padrões de qualidade e, quando é o caso, seguindo as recomendações internacionais. Internamente percebemos que, cada vez mais, a política pública necessita de uma interação dessas informações. Hoje as informações isoladas já não satisfazem as necessidades das políticas, há uma necessidade de integração. Os programas dos ministérios têm ações transversais fortes e conseqüentemente necessitam de informações para serem acompanhadas. Neste sentido, o Comitê está se consolidando em função justamente destas necessidades.

- Na primeira reunião do Comitê Gestor do Comitê de Estatísticas Sociais foi citado que este grupo tinha tudo para ser mais um daqueles comitês que eram criados por decreto e nunca se reuniam e nem produziam nenhum produto. O trabalho das equipes dos ministérios e dos institutos que compõem o Comitê demonstra que isso não ocorreu. Quando a necessidade é real, as pessoas se empenham, interagem e produzem alguns produtos. Temos a satisfação de ter produtos específicos produzidos de forma integrada.
- Este seminário, especificamente, tem um peso de apresentar e trabalhar as lacunas que cada área setorial identificou, de forma agora a tentar mapear estas lacunas para que possamos superar estas demandas latentes. Precisamos ter um maior controle de como o Brasil se apresenta para os organismos internacionais, no sentido de que informações são enviadas e o que é publicado. O MERCOSUL também demanda informações de todos para que o processo de consolidação do MERCOSUL também se concretize. É uma grande satisfação saber que de fato estamos trabalhando em algo que produz resultados.
- Gostaria de agradecer a atuação das equipes dos ministérios do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação, da Saúde, da Justiça, da Previdência Social, do Planejamento, do Inep, do IPEA e do IBGE, que têm atuado no Comitê Gestor e no Grupo Executivo do Comitê de Estatísticas Sociais. Mesmo com a mudança de Governo o Comitê continuou trabalhando, o que demonstra sua força.
- Infelizmente a coordenadora do Comitê Gestor, Marcia Quintslr, teve que permanecer no Rio de Janeiro devido a um contratempo, mas estará presente na parte da tarde.
- Agradeceu as palavras do Secretário Paulo Jannuzzi sobre a parceria do IBGE com o MDS e disse que esta parceria se estende aos outros ministérios. O IBGE está cada vez mais aberto a discussões sobre o que produzir e de que interação se faz com outras bases de informação. Agradeceu a presença de todos e fez votos para um dia bastante produtivo.

## **MESA 1: OBJETIVOS GERAIS DO COMITÊ DE ESTATÍSTICAS SOCIAIS E MARCO DE REFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AS ESTATÍSTICAS SOCIAIS**

**Martim Cavalcanti - Chefe-Adjunto da Assessoria de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento - MP, CES / Comitê Gestor.**

- O Comitê de Estatísticas Sociais é um primeiro passo importante e que já inspirou a necessidade da criação do Comitê de Estatísticas Econômicas. Sua importância vai além da coordenação do IBGE em juntar as estatísticas, mas principalmente na coordenação de todos os órgãos para que conversem em uma mesma mesa. É importante o Governo Brasileiro se apresentar como único para organismos internacionais, como Wasmália Bivar ressaltou. Existem diferenças conceituais para o cálculo de indicadores nas áreas econômica e social entre países, por exemplo, o PIB e taxa de desemprego. É importante o trabalho de harmonização de estatísticas que é feito no MERCOSUL para fins

de comparação. É preciso ter unidade nas respostas a organismos internacionais, tais como OCDE e FMI. Estes mandavam seus pedidos diretamente para cada um dos órgãos do país e, às vezes, mandavam o mesmo pedido para duas instituições diferentes e acabavam recebendo duas respostas diferentes. Isso não pode acontecer no nosso país, temos que nos apresentar de forma única. Este é um desafio que está sendo enfrentado pelo Comitê de Estatísticas Sociais e deverá ser enfrentado pelo Comitê de Estatísticas Econômicas também.

- O IBGE está desenvolvendo a PNAD Contínua que será um instrumento poderoso para a avaliação de políticas sociais e já está em campo. Existe o Fórum do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – SIPD, que ocorre duas vezes ao ano. Uma das novidades que a pesquisa proporcionará será uma taxa de desemprego nacional e não apenas para seis regiões metropolitanas. A amostra é bem maior e trará uma riqueza de detalhes muito grande. Existe também a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, que é um instrumento poderoso que reúne as estatísticas sociais e econômicas, proporcionando sua visualização geográfica. A INDE pode ser alimentada não apenas pelo IBGE, mas outros órgãos podem adicionar suas próprias estatísticas, o que já está acontecendo. Este é mais um dos projetos que o IBGE está desenvolvendo sempre buscando avançar no aprimoramento das estatísticas.
- O espaço para debates relativo a esta mesa será aberto após a apresentação da Mesa 2.

**Zélia Bianchini - Diretora de Pesquisas substituta do IBGE, Coordenadora do Grupo Executivo do CES.**

- Esta apresentação estava programada para ser feita pela Marcia Quintslr, mas devido sua necessidade de permanecer no Rio de Janeiro pela manhã a apresentação será feita por Zélia Bianchini.
- Como existem vários convidados de outros ministérios e outras áreas, é preciso fazer uma apresentação para dar uma ideia do papel do Comitê para todos.
- O Comitê foi criado por Portaria Interministerial de 6 de dezembro de 2007, mas tivemos uma atualização desta portaria em outubro de 2012. Foi inicialmente concebido para ser um fórum de avaliação e discussão de demandas para compor o Sistema de Estatísticas Sociais.
- Existem duas instâncias no Comitê: Comitê Gestor e Grupo Executivo. A primeira é responsável pelas definições estratégicas do Comitê, enquanto que a segunda tem papel de efetivar as orientações estabelecidas no âmbito do Comitê Gestor. Já foram realizadas dezessete reuniões do Grupo Executivo e quatro do Comitê Gestor desde a criação do Comitê de Estatísticas Sociais. O Comitê também possui uma Secretaria Executiva que é exercida pelo IBGE.
- Participam do Comitê os seguintes ministérios e institutos ligados à área social: ministérios do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação, da Saúde, da Justiça, da Previdência Social, do Planejamento, Inep, IPEA e IBGE.

- As principais metas, já estabelecidas na primeira reunião do Comitê Gestor, são as seguintes: construir documentação padronizada das diversas bases de dados quer sejam registros administrativos, pesquisas sociais, censos, entre outros tipos de fontes de informação; identificar potencialidades e lacunas das principais bases de dados do país com vistas à obtenção da visão sistêmica do que cabe avançar na produção e consistência das informações de natureza social; e; avançar em direção à análise integrada dessas diversas bases.
- Os objetivos estabelecidos pelo comitê são: diagnóstico e definição de demandas por estatísticas sociais; e; instituir a cooperação dos órgãos produtores de registros administrativos, pesquisas sociais, censos e outras fontes, com vistas ao fortalecimento e aprimoramento das informações estatísticas sociais oficiais, visando ampliar o uso, a variedade e qualidade das informações.
- O Comitê Gestor também estabeleceu as diretrizes do Comitê: promover o inventário das estatísticas sociais, em especial as oficiais, e atualizá-lo periodicamente; viabilizar a consolidação, o aprimoramento, a comparabilidade e a facilidade do acesso à informação; estimular a adoção de conceitos, classificações e métodos para o processamento, armazenamento e apresentação da informação estatística oficial que viabilizem o alcance do objetivo acima; trabalhar para preencher as lacunas de informação e para ampliar as possibilidades de integração entre fontes; organizar a demanda por informação e empreender ações coordenadas para otimizar a sua produção e o seu uso; regulamentar e facilitar o acesso dos diversos órgãos do governo às bases de dados existentes, garantindo a transparência, visibilidade, legibilidade e inteligibilidade; empreender ações para dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê; e; adotar os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais da Comissão de Estatística das Nações Unidas, 1994.
- A Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, através da Comissão de Estatística das Nações Unidas de 1994, estabeleceu os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais. Estes princípios têm papel fundamental no sentido de assegurar credibilidade e, portanto, efetividade na produção de informações oficiais. Os princípios podem ser listados de forma resumida como:
  1. Relevância, imparcialidade e igualdade de acesso;
  2. Padrões profissionais e ética;
  3. Responsabilidade e transparência;
  4. Prevenção do mau uso dos dados;
  5. Eficiência;
  6. Confidencialidade;
  7. Legislação;
  8. Coordenação nacional;
  9. Uso de padrões internacionais; e
  10. Cooperação internacional.

- O IBGE tem feito cursos internos com duração de 9 a 12 horas em que são tratados cada um destes princípios. Cabe ao IBGE disseminar estes princípios para outros produtores de estatísticas oficiais também.
- O princípio 1 pode demandar horas ou dias de discussão. O termo “relevância” remete a questões sobre o que precisa ser produzido, que tipo de informação e qual a demanda. O termo “imparcialidade” remete a questão da independência técnica e da não interferência política na produção das estatísticas oficiais.
- O uso de técnicas e procedimentos, além de recomendações internacionais respaldam o bom uso das informações citadas no princípio 4.
- O princípio 5, da eficiência, tem uma ligação muito forte com o trabalho do Comitê de Estatísticas Sociais porque a questão da eficiência está ligada ao uso cada vez maior dos registros administrativos, da integração das bases de dados e do aproveitamento maior possível das informações já coletadas.
- Estes princípios estão próximos de completar vinte anos e continuam no âmbito de discussão das Nações Unidas de como estão sendo implantados nos países. O IBGE já respondeu um questionário extenso sobre a implantação dos princípios e diversos países também estão respondendo, pois na próxima reunião da Comissão de Estatística das Nações Unidas vai ser feito um relatório da situação da implantação dos princípios. Existe um grupo que está discutindo uma atualização para o preâmbulo, não os princípios, para ficar mais de acordo com a realidade atual, com o avanço tecnológico, com as novas formas de disseminação e assim por diante.
- O princípio que tem maior dificuldade de ser implantado pela maioria dos países é o da Coordenação. No entanto, tem um papel extremamente relevante em busca de assegurar credibilidade e efetividade na produção de estatísticas oficiais.
- Ainda na questão da coordenação, existem as estatísticas de âmbito nacional produzidas pelo IBGE; as estatísticas de âmbito regional obtidas por outros produtores e órgãos estaduais; e os registros administrativos obtidos por ministérios, secretarias e Banco Central, entre outros. O grande desafio é fazer a coordenação de forma a ter uma base de dados articulada em termos setoriais, regionais e nacional.
- Na 40ª Sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas foi discutido, dentre outros temas, o alcance das estatísticas sociais. Foi elaborado um marco de referência para as estatísticas sociais por um grupo de especialistas internacionais organizado pela Divisão de Estatística das Nações Unidas. Este marco foi fruto da reflexão deste grupo buscando ser coerente e homogêneo para a elaboração das estatísticas sociais.
- Em relação aos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais, o Marco Referencial das Nações Unidas para as Estatísticas Sociais está muito associado aos princípios da relevância e dos padrões profissionais.
- O marco pode ser definido como conjuntos de dados estatísticos sociais unificados por metodologias comuns, que abordem os seguintes aspectos fundamentais essenciais: população; família e comunidade; saúde; educação e capacitação; trabalho; recursos econômicos (rendimentos, consumo); habitação; vitimização e justiça; e; cultura e recreação.

- Uma das primeiras discussões no Comitê de Estatísticas Sociais foi definir qual seria o marco de referência, pois existem vários. O IPEA apresentou um marco que foi bastante discutido na ocasião, mas não tinha o item de vitimização e justiça. O Comitê optou por utilizar o marco de referência das Nações Unidas.
- O marco das Nações Unidas traz a relação de temas e os componentes requeridos (conceitos; definições; padrões internacionais; tópicos recomendados; tabulações recomendadas; classificações; periodicidade; unidade de enumeração; e; metadados), quer sejam para pesquisas, censos ou registros administrativos.
- Um foco importante é produzir um inventário de estatísticas sociais, para identificar lacunas e facilitar a troca das melhores práticas.
- As páginas do IBGE estão sofrendo um processo de reformulação e padronização para facilitar o acesso dos usuários e a manutenção das mesmas. A página do Comitê já sofreu esta reformulação e pode ser acessada pelo endereço [www.ces.ibge.gov.br](http://www.ces.ibge.gov.br). Nesta página podem ser encontrados toda documentação e produtos realizados pelo Comitê.

## **MESA 2: LACUNAS IDENTIFICADAS**

**Claudio Dutra Crespo - Gerente de Estatísticas Vitais e Estimativas Populacionais da Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE, CES / Comitê Gestor.**

- O que será apresentado nesta mesa é decorrente das diretrizes que foram apresentadas na Mesa 1 e é uma verticalização do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Comitê há dois anos. Apesar da quantidade grandiosa de informações produzidas pelos órgãos, ainda existem lacunas. Atualmente estamos numa fase de identificação mais profunda e de reunião das lacunas por área temática. Apesar deste esforço, cabe destacar que este trabalho de monitoramento das lacunas será sempre contínuo por conta das necessidades que se apresentam.
- É importante ressaltar que para essa primeira referência das lacunas, além do ponto de vista temático ter tido um marco referencial, foram consideradas também recomendações internacionais para fins de comparabilidade e da própria forma como o Brasil é representado por suas estatísticas oficiais.

## **LACUNAS IDENTIFICADAS NA ÁREA DE TRABALHO**

**Jailson Manguiera Assis - Analista do IBGE e Secretário Executivo do CES.**

- O processo de identificação de lacunas para o tema de trabalho foi dividido em duas partes: na primeira cada instituição produtora indicava o que considerava lacunas em suas próprias bases de dados; na segunda, foi formado um grupo de trabalho com técnicos do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Previdência Social, IPEA e IBGE para identificar lacunas considerando o conjunto das bases inventariadas.

- As bases de dados inventariadas pelo Comitê de Estatísticas Sociais foram as seguintes: Economia Informal Urbana – ECINF/IBGE; Pesquisa Mensal de Emprego – PME/IBGE; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE; Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF/IBGE; Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED/MTE; Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/MTE; e; Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho – AEAT/MPS.
- Para a Pesquisa de Economia Informal Urbana – ECINF, o IBGE apontou como lacuna a restrição ao recorte urbano. Como justificativa, foi considerado o alto custo para expansão para a área rural e que existe uma evidência empírica de que este fenômeno se dá em áreas urbanas. Também foi apontada como lacuna a questão da periodicidade, pois a pesquisa só foi realizada em 1997 e 2003. Seria desejável maior frequência de levantamentos desta pesquisa.
- A principal lacuna da Pesquisa Mensal de Emprego – PME é a sua área de abrangência, restringindo-se apenas a seis regiões metropolitanas brasileiras. Esta lacuna será superada com os resultados da PNAD Contínua que já está em implantação.
- O IBGE apontou como lacunas para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD a necessidade de ampliação da precisão de indicadores para o nível de Unidade da Federação e, principalmente, a periodicidade anual não é adequada para resultados do mercado de trabalho. Novamente, espera-se superar estas limitações com a PNAD Contínua.
- Sobre a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF o IBGE apontou a necessidade de uma periodicidade mais curta para informações sobre consumo para as seguintes aplicações: índices de preços, contas nacionais e estudos sobre condições de vida e pobreza. É esperado que o esquema de POFs contínuas no âmbito do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – SIPD vai suprir essa lacuna.
- Para a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS o Ministério do Trabalho apontou como lacuna a necessidade de ampliar a cobertura da variável raça/cor dos estatutários.
- No Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho – AEAT pode haver falta de informações sobre detalhes do acidente de trabalho (tais como local, tipo do acidente, entre outras) para os benefícios concedidos pelo INSS sem registro da Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT.
- Para a segunda etapa de identificação de lacunas, o grupo formado por técnicos do MTE, MPS, IPEA e IBGE resolveram tomar como ponto de partida a Convenção 160 da OIT que trata das estatísticas mínimas para o mercado de trabalho, listadas a seguir:
  - a) População economicamente ativa, emprego, desemprego e subemprego;
  - b) Estrutura e distribuição da população economicamente ativa;
  - c) Média de ganhos, média de horas de trabalho e taxas de salário por horas de trabalho;
  - d) Estrutura e distribuição dos salários;



- e) Custo da mão de obra;
  - f) Índices de preços ao consumidor;
  - g) Gastos e rendimentos das unidades familiares;
  - h) Lesões e enfermidades provocadas por acidentes de trabalho; e
  - i) Conflitos do trabalho.
- Os quatro primeiros itens podem ser obtidos com dados das PNADs e PMEs do IBGE e RAIS do MTE. O item “f” pode ser calculado com base no Sistema Nacional de Índices de Preço ao Consumidor do IBGE. O item “g” pode ser obtido pela POF e PNAD do IBGE.
  - Em relação ao custo da mão de obra (item “e”), o grupo de trabalho identificou que os dados provenientes da PNAD e POF permitem apenas uma estimativa parcial do custo do trabalho, pois não captam alguns componentes, como custos com treinamento, serviços e transporte, os quais não se transformam em renda monetária para o trabalhador. Para esta limitação, o grupo sugeriu que estas estimativas poderiam ser melhoradas utilizando dados das pesquisas setoriais do IBGE: Pesquisa Anual da Indústria da Construção – PAIC, Pesquisa Industrial Anual – PIA, Pesquisa Anual de Serviços – PAS e Pesquisa Anual do Comércio – PAC. Todas contêm dados tanto sobre a remuneração paga aos empregados quanto sobre outros custos relacionados à contratação de trabalho.
  - Ainda em relação ao custo da mão de obra, informações sobre trabalhadores rurais podem ser obtidas pelo Censo Agropecuário do IBGE, que coleta informações sobre o valor total dos salários pagos em dinheiro ou em produtos para empregados ou outra condição (inclusive 13º salário, férias e encargos). Entretanto, estas informações só estão disponíveis de cinco em cinco anos. No que se refere à administração pública, principalmente de estados e municípios, não há boas informações por meio das pesquisas diretas, mas há possibilidade de estimar salários e custos não-salariais por meio dos registros orçamentários.
  - O grupo de trabalho concluiu que não existem lacunas importantes para o item custo da mão de obra. O que é necessário ser feito é uma análise conjunta das pesquisas e registros administrativos existentes para ter uma melhor estimativa dos custos da mão de obra.
  - O item “h” de lesões e enfermidades provocadas por acidentes de trabalho merece uma consideração, no sentido de que há muito sub-registro do número de acidentes do trabalho. O anuário do Ministério da Previdência e a RAIS do Ministério do Trabalho só divulgam dados para o mercado formal. Uma sugestão apontada pelo grupo seria a utilização conjunta dessas bases com outros registros administrativos do Ministério da Saúde, tais como Autorização de Internação Hospitalar – AIH, Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM e Sistema de Informações de Agravos de Notificação – SINAN. Embora sejam bases diferentes e com propósitos diferentes, podem ser usadas para melhorar as estimativas do número de acidentes do trabalho.
  - O item de conflitos do trabalho abrange não apenas greves, mas também bloqueios patronais. O Ministério do Trabalho já fez pesquisas sobre greves,

mas atualmente não possui informações sobre conflitos do trabalho. O DIEESE possui o Sistema de Acompanhamento de Greves – SAG-DIEESE, que tem como fonte de informações as notícias veiculadas em jornais impressos ou eletrônicos da grande mídia e da imprensa sindical. O grupo entende que este ponto se caracteriza como uma lacuna de fato, pois não temos pesquisas que forneçam estatísticas de conflitos do trabalho.

- Outro ponto que é de difícil mensuração está ligado à terceirização e subcontratação. A Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP do Ministério da Previdência permite montar vínculos entre tomadores e prestadores de serviços. Entretanto, esta fonte é apenas utilizada na produção de estatísticas para uso operacional no Ministério da Previdência, sendo um recurso ainda pouco explorado. É uma base muito extensa com mais de quarenta milhões de registros a cada mês o que torna seu processamento muito difícil.

## **LACUNAS IDENTIFICADAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO**

**Renan Carlos Dourado - Analista da Coordenação-Geral de Controle de Qualidade e Tratamento de Informações da Diretoria de Estatísticas Educacionais do Inep, CES / Grupo Executivo.**

- Os dados de educação são produzidos em maior parte pelo Inep, principalmente pelo Censo Escolar e o Censo da Educação Superior. Nestes censos são captadas diversas informações sobre escolas, instituições de ensino superior, matrículas, docentes, concluintes, turmas e etc. Há informação sobre quase tudo o que quer saber na área de educação nas escolas e instituições de ensino superior, como por exemplo, registros de todos os alunos matriculados na educação básica e superior, com CPF, nome, nome da mãe e etc.
- Apesar do Inep ter bastante informação nestes censos, ainda são necessárias informações de outras instituições, principalmente sobre investimentos na área de educação. Algumas instituições parceiras são: Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Caixa Econômica Federal (CEF), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Siope/FNDE.
- A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do IBGE também fornece muitas informações quando se faz correspondência entre educação e população brasileira. Entretanto, é um dos principais focos de lacunas que serão apresentadas na área de educação.
- Apesar da vasta gama de informações referentes à educação, o Inep conseguiu identificar dois tipos de lacunas: lacunas internacionais, que são baseadas nos questionários respondidos pelo Inep a Organismos Internacionais; e lacunas nacionais, que são baseadas em diferenças metodológicas entre diversas pesquisas.
- Sobre lacunas internacionais se destacam três tipos de lacunas: mobilidade estudantil; investimento do setor privado na área de educação; e; salário dos

professores. Em relação à mobilidade estudantil, temos a informação de estrangeiros estudando no Brasil, tanto na educação básica quanto na superior, mas não temos informação de brasileiros que estudam no exterior.

- Hoje não é possível mapear o investimento do setor privado na educação. A título de curiosidade, quase oito milhões de matrículas na educação básica (cerca de 15% das matrículas) e quase cinco milhões de matrículas na educação superior (cerca de 73% das matrículas) são matriculados na rede privada de ensino. É uma parcela importante da população brasileira para a qual não é possível saber sobre investimento do setor privado.
- Em relação aos salários de professores, apesar de contar com algumas informações na PNAD e na RAIS, a média brasileira é pouco representativa quando calculada pela PNAD e as desagregações que são solicitadas pelos organismos internacionais não são contempladas pela RAIS, como por exemplo, idade e etapas de ensino. Portanto esta é uma lacuna que não pode ser informada para os questionários internacionais.
- Nas lacunas nacionais, o primeiro problema apontado é o cruzamento de diferentes pesquisas, como por exemplo, PNAD e Censo Escolar. São pesquisas distintas e existem diferenças difíceis de serem homogeneizadas. Outra dificuldade é que o Inep calcula a taxa de escolarização com base na PNAD e nos anos que tem Censo Demográfico não há PNAD, portanto o Inep não divulga a taxa de escolarização nos anos do Censo, pois não são comparáveis com os resultados da PNAD.
- O Inep depende das pesquisas do IBGE para fornecer as taxas educacionais relativas à população. As diferenças entre a PNAD e os censos do Inep causam dificuldades no cálculo destas taxas para diversos indicadores, como: etapas de ensino; modalidade de ensino; grau acadêmico; e; nível superior.
- Existem diferenças conceituais adotadas por Inep e IBGE para etapas de ensino. Estas diferenças vêm sendo debatidas e sanadas entre os dois institutos. As Classes de Alfabetização formalmente não pertencem nem à Educação Infantil nem ao Ensino Fundamental, na verdade, foram extintas em decorrência da implantação do Ensino Fundamental de nove Anos. Entretanto, em algumas pesquisas do IBGE ainda tem questões sobre Classes de Alfabetização. Com Creche e Pré-Escola acontece o mesmo, antigamente havia tinha até seis anos de idade e com o advento do Ensino Fundamental de nove anos agora passou a ser até cinco anos de idade.
- Outra diferença importante entre as pesquisas do IBGE e os censos do Inep é relativa à rede de ensino privada. O IBGE usa o termo particular que não é o mais adequado, uma vez que a rede privada se subdivide em particular, filantrópica, comunitária e confessional. Esta diferença prejudica comparações entre estatísticas dos dois institutos.
- As modalidades de ensino na educação básica são Educação de Jovens e Adultos – EJA, Especial e Regular. É preciso um maior detalhamento destas modalidades nas pesquisas do IBGE. Às vezes existe uma confusão ao se colocar EJA como uma etapa de ensino, sendo que na verdade é uma modalidade de ensino.
- Na educação superior é preciso ter uma melhor distinção entre o nível de ensino (graduação e sequencial) e grau acadêmico (bacharelado, licenciatura e

tecnológico). Os cursos sequenciais são cursos de nível superior destinados a quem possua certificado de conclusão do ensino médio, porém não são caracterizados como graduação. Os cursos tecnológicos são cursos de graduação, assim como bacharelado e licenciatura.

- Foi identificada como lacuna na POF a necessidade da coleta de informação de despesas com material escolar e merenda/lanche escolar para uma melhor precisão das estimativas do gasto das famílias com educação.
- Foram apontados aqui alguns exemplos e ainda existe muito a ser feito. O Comitê é uma instância importante onde é possível conversar com diversas instituições para fazer estes levantamentos. Evidentemente, ainda existem lacunas internas do Inep, por exemplo, na educação superior ainda não são coletados dados sobre tutores em Educação a Distância, dentre outras. Para finalizar, o Comitê de Estatísticas Sociais contribui bastante para a contínua reflexão das estatísticas educacionais.

## **LACUNAS IDENTIFICADAS NA ÁREA DE POBREZA**

**Junia Valéria Quiroga - Diretora do Departamento de Avaliação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, CES / Comitê Gestor.**

- O Comitê vem fazendo um excelente trabalho interinstitucional e perene, o que pode ser considerado bastante difícil, uma vez que são muitos órgãos e muitas mudanças de agenda.
- O trabalho de identificação de lacunas para desenvolvimento social e combate à fome não é tão bem delimitado como nas áreas de educação e trabalho. No limite, desenvolvimento social abrange trabalho, previdência, educação, saúde e combate à fome. Foi fechada uma tentativa de fazer um levantamento de lacunas sobre pobreza, não apenas a pobreza monetária, mas também a perspectiva do desenvolvimento social.
- Atualmente o MDS é coordenador de um plano de combate à pobreza extrema que articula dez órgãos governamentais e que conta com a participação de todos os entes federados, Governo Federal, estados, municípios e o Distrito Federal. O Plano Brasil sem Miséria é intersetorial e articula um conjunto amplo de ações e serviços nas áreas da assistência social, segurança alimentar e nutricional, saúde, educação, moradia, geração de ocupação e renda e desenvolvimento agrário, entre outras. O Plano demanda no mínimo um diagnóstico competente da situação atual e capacidade da coleta periódica de dados de forma a monitorar adequadamente estas ações e serviços.
- Tendo em vista a implementação deste plano, já surge a primeira grande lacuna para se analisar pobreza que é a tentativa de estabelecer uma linha oficial de pobreza extrema. A linha foi definida com o corte de renda domiciliar mensal nominal per capita menor ou igual a R\$70,00 em julho de 2010. A linha em si pode ser considerada uma lacuna porque é fruto de uma discussão histórica e gigantesca. O conceito propriamente dito de pobreza e as suas características multidimensionais em si representam uma lacuna, pois depende necessariamente da capacidade de consenso analítico entre as políticas intersetorialmente.

- Uma lacuna importante remete a capacidade de comparação desta informação historicamente. Qualquer que seja o corte utilizado, o Censo Demográfico traz um número, relativo e absoluto, que é diferente do obtido por pesquisas amostrais domiciliares, seja PNAD ou POF.
- O programa Brasil sem Miséria possui três grandes eixos: garantia de renda; inclusão produtiva; e; acesso aos serviços públicos. O eixo de garantia de renda tem uma necessidade de aferir periodicamente a capacidade monetária e características multidimensionais da pobreza da população brasileira como um todo.
- A forma como o MDS procurou identificar as lacunas foi ouvindo as diferentes secretarias do ministério e verificando quais informações seriam importantes para os três eixos de atuação do Programa Brasil sem Miséria e a atuação do MDS. Para tanto, foram sugeridas modificações nas pesquisas domiciliares e nas demais pesquisas, tais como inclusão de questões e maior detalhamento em questões já existentes.
- O eixo de garantia de renda, no ponto de vista da política, tem sido enfrentado, na perspectiva do MDS, por dois programas principais, que são o Programa Bolsa Família – PBF e o Benefício de Prestação Continuada – BPC. Para este eixo foram feitas as seguintes sugestões para suprir as lacunas:
  - a) Pesquisas Domiciliares
    - i) Inclusão de pergunta para identificar beneficiários, ex-beneficiários e motivo da saída do Bolsa Família em todas pesquisas domiciliares;
    - ii) Inclusão de pergunta para identificar beneficiários do BPC em todas pesquisas domiciliares;
    - iii) Discriminação dos valores para cada tipo de rendimento e/ou separação do valor das transferências oriundas do PBF e BPC em variáveis próprias;
    - iv) Possibilitar a decomposição da v6591 (Censo – outros rendimentos);
    - v) Inclusão de pergunta relacionada a ausência de membros, ou utilização de próteses ou órteses, para qualificar a pessoa com deficiência necessariamente no Censo Demográfico (para o tipo de benefício que é concedido, o grau de deficiência faz muita diferença);
    - vi) Identificação da família e dos vínculos de parentesco entre os seus componentes, nas pesquisas domiciliares (critérios de família são diferenciados entre os programas sociais).
  - b) Demais pesquisas/estudos
    - i) Maior detalhamento das informações sobre estrutura organizacional e de gestão do bolsa família dentro do município na MUNIC;
    - ii) Informações sobre orçamentos municipais com detalhamento dos gastos em estrutura organizacional e gestão do Programa Bolsa Família;
    - iii) Realizar pesquisa de qualidade do acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social por parte dos beneficiários do PBF;

- iv) Liberação das estatísticas individuais especializadas dos censos, PNAD's, POF's e PME's;
  - v) Levantamento e georreferenciamento dos equipamentos de saúde, educação e assistência social e sobre quais desses equipamentos são usados no PBF, incluindo a posse de instrumentos necessários para o acompanhamento das condicionalidades, para os municípios e terceiro setor.
- Hoje o PBF tem mais de treze milhões de famílias beneficiadas e, considerando um multiplicador de quatro pessoas por família, chegaria a um contingente de cerca de cinquenta milhões de indivíduos envolvidos nesse programa. O contingente no BPC é bastante menor, mas é mais expressivo monetariamente (é um salário mínimo mensal) e por isso é bastante importante garantir essa identificação. Para o PBF é também importante a identificação dos ex-beneficiários, a data e o motivo de saída.
  - É importante resgatar que o MDS possui o Cadastro Único que identifica quem é a população beneficiária, mas qualquer cotejamento entre as bases do MDS e os resultados que a PNAD reflete, por exemplo, sempre revelam alguma diferença. Tal diferença pode ser devida ao tipo de amostra ou a outros aspectos. Portanto seria importante melhorar a captação deste tipo de informação.
  - A coleta de rendimento deve ter uma maior discriminação dos valores para cada tipo, pois os benefícios do MDS ficam confundidos com o item outros rendimentos. Para o MDS fica difícil identificar os seus beneficiários.
  - O MDS já tem uma parceria antiga com o IBGE nas pesquisas MUNIC (Pesquisa de Informações Básicas Municipais) e ESTADIC (Pesquisa de Informações Básicas Estaduais), já discutindo o fortalecimento das questões relacionadas ao detalhamento de informações sobre o PBF nos municípios.
  - Sugestão de realização de uma pesquisa de qualidade do acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social por parte da população e não apenas dos beneficiários do PBF.
  - Para os outros eixos do BSM, que são inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos, foi adicionada a temática da Segurança Alimentar e Nutricional, que está bastante associada ao termo Combate à Fome. As demandas para estes pontos foram as seguintes:
    - a) Pesquisas Domiciliares
      - i) Inclusão da coleta de informações sobre trabalho infantil (5-9 anos) no Censo (só consta da Pnad);
      - ii) Inclusão da coleta de informação sobre raça/cor/etnia, bem como pertencimento a povos e comunidades tradicionais ou povos indígenas nas pesquisas domiciliares;
      - iii) Garantir a periodicidade da aplicação da Escala EBIA – medida da insegurança alimentar e nutricional da população – na PNAD e/ou POF;

- iv) Garantir a estimacão municipal de fenmenos tais como a insegurança alimentar (inclusão de uma escala curta no Censo Demográfico?);
  - v) Incorporar em todas as POFs vindouras a pesquisa de consumo direto e não somente indireto.
- b) Demais pesquisas/estudos
- i) Quantificaco e caracterizaco da populacão em situaco de rua no país;
  - ii) Nas pesquisas agrárias/econômicas:
    - (1) Incorporar o recorte da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais;
    - (2) Incorporar questões relativas ao uso de agrotóxicos (quantidade utilizada), utilizaco de sementes transgnicas;
    - (3) Incorporar questões relativas  produo agroecológica e orgânica;
    - (4) PARA - Programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos 2009 – ter desagregaco por estado e aumentar o numero de amostras pesquisadas.
- O IBGE tem incorporado progressivamente a questão da raça/cor em suas pesquisas e isso deve ser mantido bem como tentar fortalecer a coleta de informaes sobre pertencimento a povos e comunidades tradicionais ou povos indígenas nas pesquisas domiciliares. Sabemos que existem limitaes relacionadas  amostragem, mas para o Censo Demográfico houve um avanço muito grande para povos indígenas, mas  preciso evoluir mais para povos e comunidades tradicionais, que são alvo de políticas específicas do MDS.
  - Houve coleta da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA em 2004 e 2009. A princípio esta periodicidade  adequada, mas  importante não perder esta periodicidade dada a crescente demanda por inclusão de questões na PNAD e/ou POF. H quem defenda que a EBIA deva ser coletada na POF para comparaes com outras medidas, como antropometria, mas ainda deve ser discutido no CONSEA.
  -  importante ter estimativas municipais para a EBIA. Sabemos que as pesquisas por amostra têm limitao da precisão para o nível municipal. O MDS tem utilizado para concessão de recursos o ndice da insegurança alimentar e nutricional estadual, o que implica em repetir o mesmo valor para todos os municípios dentro de um estado. Portanto seria importante ter este tipo de estimativa para municípios, seja por diferentes processos de coleta ou por perspectiva analíticas.
  - Constitui lacuna a necessidade de quantificar e caracterizar a populacão em situaco de rua no país. Obviamente não pode ser uma pesquisa domiciliar, mas está sendo discutida uma pesquisa com este alvo. O MDS fez uma pesquisa em 2008/2009 em 71 municípios, mas há necessidade de se ter uma pesquisa nacional.

## Comentários - Claudio Dutra Crespo

- A identificação de lacunas é um dos primeiros resultados do trabalho do Comitê. Ao identificar as lacunas é possível verificar o melhor uso dos instrumentos que já temos e perceber que o SIPD pode ser um instrumento para responder boa parte destas lacunas. Este trabalho de identificação foi bastante detalhado, chegando a sugerir inclusive novas variáveis.
- Uma primeira reflexão é de onde retirar a melhor informação e qual o melhor instrumento para responder as lacunas que as áreas apresentam, por exemplo, se seria melhor utilizar a POF ou PNAD para medir a EBIA.
- Outro ponto é a utilização de produções já existentes de forma mais integrada para tentar responder algumas divergências que refletem a natureza da própria operação estatística, por exemplo, rendimento que tem na PNAD e no Censo Demográfico. É bastante debatido se é possível utilizar *proxies*, não só em relação ao resultado de duas pesquisas domiciliares, mas também aquelas que os registros administrativos observam como no caso citado na Educação.
- Lacunas propriamente temáticas como no caso da greve que foi relatada na área de Trabalho.
- Foi muito falado sobre a integração entre os registros e bases de dados, que é certamente uma questão que o Comitê vai apontar para seu avanço. O caso do trabalho citou um exemplo clássico de acidentes de trabalho, buscando uma integração com as bases do Ministério da Saúde, o que certamente demandará variáveis possíveis padronizadas de integração. Por exemplo, há uma demanda para o Registro Civil integrar as estatísticas vitais com os sistemas SIM e SINASC, mas neste caso há uma variável possível para fazer a integração de fato das bases.
- A Educação trouxe uma demanda sobre investimento do setor privado como uma área de lacuna, que também ocorreu na área de Saúde que já estamos tentando dar uma resposta. Talvez este modelo da Saúde possa servir para responder a esta demanda da educação privada. O IBGE já tem uma integração com dados da Educação, por exemplo, o uso de cadastros para amostrar as escolas para a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE.
- Tiveram duas áreas mais definidas, como foi citado pela Júnia, o Trabalho e a Educação, e teve outra apresentação com recorte mais temático e que apontou uma série de contribuições para serem respondidas e se são possíveis de serem respondidas. Este trabalho de identificação de lacunas também está sendo feito pela área e Saúde que tem uma produção muito extensa, com muitas bases de dados. Não foi apresentado hoje em função desta grandiosidade da quantidade de informações e de referências internacionais, precisando ainda avançar um pouco mais e consultar as diversas áreas que envolvem o setor Saúde.



## **DEBATES SOBRE AS MESAS 1 E 2**

### **Herton Ellery Araújo - Diretor Adjunto da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA, CES / Grupo Executivo.**

- No futuro teremos que aproximar ainda mais o diálogo entre IBGE e os ministérios, porque os ministérios fazem a parte de quem acessa os sistemas. O Ministério da Educação acessa o sistema assim como o da Saúde, mas o IBGE vai até a casa das pessoas que não têm acesso aos sistemas. É preciso saber como está a condição das pessoas que não acessam os sistemas e aí entra o IBGE que leva questões aos domicílios para tentar captar o que os ministérios querem saber de quem não acessa o sistema.
- O Comitê tem esta função importante de aproximar mais estas duas instâncias das estatísticas nacionais. No caso do Trabalho, como a PNAD é muito focada neste tema existem poucas lacunas. Na Educação já aparecem mais diferenças entre o que o IBGE e INEP fazem e não lacunas propriamente ditas. No MDS já apareceram mais lacunas. Se a Saúde tivesse apresentado, sem dúvida apareceriam muito mais lacunas.

### **Hildete Pereira de Melo – Secretária de Política para as Mulheres**

- Questão sobre o trabalho gratuito que as mulheres fazem. Sei que tem uma pesquisa em curso de uso do tempo que foi promovida pela SPM em conjunto com o IBGE e a PNAD tem uma pergunta de quantas horas semanais as pessoas gastam com afazeres domésticos. O problema é que afazeres domésticos abrangem muitas coisas e para construir uma política de igualdade no Brasil precisávamos ter um pouco mais de dados para ter uma mensuração melhor para fazer uma reivindicação de melhor repartição desses trabalhos entre os membros da família. Então é importante pensar na questão do que seria a pesquisa de uso do tempo, mas voltando para as questões de trabalho produtivo e reprodutivo.

### **Wasmália Bivar – Presidenta do IBGE**

- Gostaria de fazer algumas observações sobre o que estamos chamando de lacunas, é importante colocar as pessoas para trabalharem juntas porque o produto final acaba sendo muito melhor para todas as partes. Por exemplo, a Educação veio com clareza com diferenças que são de natureza conceitual, e neste ponto o trabalho do Comitê vai ser importante para harmonizar o que for possível. É claro que sempre existirão diferenças entre as pesquisas e os registros administrativos, mas o que puder ser harmonizado será importante. Grande parte das questões levantadas pela Educação se refere a estas diferenças e é importante que se ajuste.
- Na apresentação sobre o Trabalho foi mencionado que não tinha lacuna na questão do custo da mão de obra porque as informações estão espalhadas. Mas acaba sempre sendo uma lacuna se ninguém sistematizar, organizar e passar a divulgar com regularidade, pois quando for solicitada esta informação se caracterizará como lacuna. Então o trabalho do Comitê é requerido neste caso.
- Na apresentação do MDS, foi levantada a questão relativa a povos e comunidades tradicionais. Este tipo de tema requer mais trabalho que não é da natureza do IBGE para chegar numa simplificação que possa ser colocada no

Censo Demográfico com uma ou duas perguntas, mais que isso o Censo não comporta. Os grupos indígenas foram resolvidos com um item de uma pergunta no Censo e com a delimitação das terras indígenas, possibilitando delimitar bem a população indígena. Então é preciso estabelecer quais são os trabalhos a serem feitos até se chegar nesta simplicidade que esta estatística requer.

- Com o Censo Demográfico é possível ter informações que são importantes para o nível municipal, mas que são de aplicação muito rápida. O questionário do Brasil já é enorme e quanto mais ele cresce é obvio que vai implicar em maior perda de qualidade. Uma questão importante que se coloca para este grupo é sobre a capacitação e utilização de outras técnicas que não seja a mensuração direta. Por exemplo, poderiam ser feitos alguns exercícios em segurança alimentar para estimação de pequenas áreas.

### **Paula Montagner – MDS**

- É fundamental a discussão e o debate da agenda futura. Neste sentido, gostaria de chamar a atenção para um aspecto que atinge tanto a área do Trabalho como a da Educação, e passa também a atingir o eixo de Inclusão Produtiva do programa BSM para a população mais pobre. Este aspecto se refere à educação profissional, ainda não temos uma integração adequada entre os cursos e a classificação de ocupação. Não temos classificações adequadas nem para as áreas de cursos e não são de conhecimento das escolas e nem da população, portanto não conseguimos fazer este tipo de pergunta. Este tipo de informação é fundamental para entender porque algumas pessoas conseguem reinserção facilitada no mercado de trabalho e outras não. É um tema amplo e pouco explorado no país, com modelos internacionais muito diferenciados que talvez nos ajudem a pensar o nosso, mas não há um modelo padronizado. É preciso avançar mais tanto na área de pré-escola como na de educação profissional. No MERCOSUL, Uruguai e Argentina consideram que a área tecnológica é ensino médio, enquanto que no Brasil consideramos como superior. É necessário todo um trabalho de articulação e de harmonização de estatística que faz toda diferença para definir o que é escolarização e como isto impacta na área de trabalho. Tem um esforço novo a ser feito para chegarmos ao ponto de dizer aos nossos jovens o que é preciso estudar para conseguir um trabalho, numa linguagem que seja absorvida e não só numa linguagem técnica. Este trabalho tem que vir de uma soma de esforços, porque todos os esforços separados já não nos permitem avançar para o que precisamos hoje.

### **Jorge Abrahão – IPEA**

- Entendo que o Comitê é de estatísticas sociais, dirigido pelo IBGE, mas é do Estado Brasileiro, então não é um Comitê contra o IBGE. Outro ponto é que a harmonização tem que ser feita dentro dos ministérios, não entendo que o MEC esteja representado aqui no sentido total, apenas o Inep. As bases do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC e do Programa Universidade para Todos – Prouni não foram apresentadas. Esta discussão que Paula Montagner falou está acontecendo no âmbito do PRONATEC e não no do Inep. O que foi apresentado aqui pelo Inep é uma leitura de um grupo determinado, mas não da Educação como um todo que interessa para o Comitê de Estatísticas Sociais. Por exemplo, as bases com estatísticas fundamentais de gastos não são produzidas pelo Inep, mas pelo

FNDE. Assim como lá na Saúde tem informações que não são produzidas pelo setor de estatísticas da Saúde, mas por outro grupo da Saúde. Então cabe a nós entendermos isto e aos ministérios procurar um pouco mais de legitimidade naquilo que diz respeito às estatísticas sociais dos ministérios. A fala da área de trabalho foi feita por um técnico do IBGE e não por alguém do Ministério do Trabalho, sendo que seria muito mais rica se apresentada por alguém que já vivenciou os problemas da temática no dia-a-dia. É preciso que os ministérios saibam que este trabalho é importante para o Estado Brasileiro e não apenas para o IBGE, que é apenas o principal ente de produção de estatística do país.

#### **Jailson Manguiera Assis – IBGE**

- Esperamos que os resultados da pesquisa do uso do tempo tragam maiores esclarecimentos sobre a questão do trabalho doméstico realizado pelas mulheres e por outros membros da família. Outro ponto é que foi apresentado aqui apenas um primeiro esforço para identificação de lacunas. Outras que por ventura não tiverem sido apresentadas e surgirem neste debate serão levadas para discussão no âmbito do Comitê, com a finalidade de buscar a melhor forma de atendimento possível.
- Corroboramos com o que Wasmália disse sobre a necessidade do Comitê sistematizar as informações que estão espalhadas nas diversas pesquisas e registros administrativos para obter melhores estimativas dos indicadores do custo da mão de obra.

#### **Renan Carlos Dourado – Inep**

- A aproximação conceitual é um ponto importante para conseguir harmonizar melhor as bases de dados e é um resultado que é esperado na atuação do Comitê.
- O trabalho de educação profissional e classificação das áreas de curso é algo que o Inep tem batalhado bastante, mas certamente ainda é preciso evoluir muito até conseguirmos dizer para os estudantes o que devem estudar para conseguir um trabalho no futuro.
- Sobre a representação do MEC no Comitê, temos a presença do Ricardo Fabrino do MEC que também faz parte do Comitê. Ainda precisamos evoluir nas bases do PRONATEC e Prouni, assim como na parte de investimentos da Educação para podermos identificar lacunas.

#### **Júnia Quiroga – MDS**

- Concordamos com colocações da Wasmália sobre povos e comunidades tradicionais, citando o exemplo dos quilombolas, que talvez seja o qual parea menos dificuldades, que já tem uma grande dificuldade para certificação e titulação deste grupo, mesmo sendo o menos complicado de todos os grupos. Talvez seja uma lacuna menos do IBGE e mais do Comitê identificar quais subgrupos ou discussões precisam ser enfrentadas. Nas reuniões das comissões permanentes do Consea sempre há a eterna demanda das pesquisas para identificação dos povos e comunidades tradicionais. Há necessidade de um trabalho no Comitê para atender essas discussões que ficam como lacunas eternas e também viram bandeiras políticas, pois favorece a todos e em última instância a estatística.

## **Ana Maria Nogales – UnB**

- Este Comitê é pouco conhecido ainda, principalmente para os pesquisadores da comunidade científica. O portal do CES é importante no sentido de que há uma produção enorme de dados e estamos cada vez mais disponibilizando estes dados para toda a população via internet. Mas ainda temos dificuldade das pessoas comuns terem acesso à informação. É muito bom saber que existe este comitê e que está sendo feito um trabalho para harmonizar as bases de dados, porque muitas vezes produzimos dados duplicados. A RIPSAs é um esforço interagencial desde 1997 e o ganho foi enorme e provavelmente também será com este Comitê.
- Sugestão de procurar utilizar os dados da justiça do trabalho para tentar superar as lacunas referentes aos conflitos do trabalho.
- Um dado essencial para qualquer indicador é a população, mas temos a limitação de ter esta informação apenas de dez em dez anos para áreas menores. Ao avançar na década não sabemos dizer qual a população de determinada área e qual política implementar para aquela área. A mensuração do tamanho da população e suas características em áreas menores, fora o Censo Demográfico, ainda é uma grande lacuna.

## **Tatau Godinho – SPM**

- Reforçar o que a Hildete falou em relação ao trabalho doméstico, que tem uma implicação fundamental para as políticas públicas porque é um trabalho que não é visto, que não é medido e assim se torna impossível buscar a construção de políticas. Um exemplo importante está nas estatísticas rurais, ao não se medir exatamente os itens de pequena produção, que as mulheres chamam de produção de quintal, quando se estabelece a definição dos seguros de estiagem ou de inundação, a produção das mulheres não recebem seguro porque não foi medida. A questão da invisibilidade do trabalho, que alguns tomam como um problema propagandístico, de mostrar o trabalho não pago, o trabalho não visto das mulheres tem uma incidência muito forte para políticas públicas. Não há como estabelecer seguro se não há uma medida de produção.
- Uma mudança de característica grande no trabalho, e que o IBGE precisa nos ajudar a captar melhor, é que temos o número de trabalhadoras domésticas, mas não temos o número de domicílios que contratam trabalhadoras domésticas exceto as que dormem no domicílio, que hoje tem uma representação bem menor. O perfil desta área de trabalho está mudando e precisamos ver uma forma de alterar as formas de medida e captação. Não é um contingente pequeno, são sete milhões de pessoas entre mensalistas e diaristas.
- A população em faixas etárias e idade para a política de educação infantil e creche tem que ter uma forma de compatibilização e ter essa medida melhor e mais precisa porque este é um gargalo das políticas sociais. Temos as matrículas pelo MEC e a população pelo IBGE e o cruzamento das duas é difícil por serem de bases diferenciadas.
- Como a SPM não produz estatísticas, é fundamental que este Comitê funcione das formas mais positivas possíveis para que possamos avançar efetivamente numa avaliação da situação das mulheres em cada uma dessas áreas.

## Cimar Azeredo – IBGE

- IBGE e Inep têm que se aproximar mais, principalmente com o desenvolvimento do SIPD que tem a PNAD Contínua que pode ter uma pesquisa de educação. Os ajustes são necessários, mas temos problemas no sistema de educação dadas as reformas de ensino, e temos que tentar juntos superar estes problemas. Em relação às informações rarefeitas de cursos tipo EAD, talvez sejam melhor captadas no Censo Demográfico e não na PNAD.
- Outro problema é a informação dada por terceiros que talvez não saibam informar num grau de detalhamento tão aprofundado. Existem diferenças metodológicas entre Censo e PNAD que são levantamentos diferentes e temos que trabalhar no sentido de estreitar estas diferenças, mas são diferentes por natureza, acontecem em momentos diferentes e não entendo como lacunas, mas como barreiras que devem ser estreitadas cada vez mais.
- Dentro da PNAD Contínua há um levantamento sobre educação que foram colocadas no núcleo básico, que inclusive foi discutido no Fórum do SIPD, que visam dar um perfil do trabalhador. A pesquisa sobre educação virá como um módulo e dado a seu tamanho pode acontecer dela se tornar uma pesquisa solteira.
- Sobre a qualificação profissional, acrescento ao que Paula Montagner do MDS falou que em 2007 quando levantamos a qualificação profissional foi muito difícil levantar o inventário dos cursos de qualificação profissional. Naquele momento a PNAD trouxe o item “outros e especifique” se não tivesse o curso no cadastro teria a possibilidade de informar ali. Com isto, criamos um cadastro que nos trouxe certa frustração de o Ministério da Educação não ter levado adiante a formação deste cadastro, mas os dados estão lá e ainda é possível fazer.
- Em relação à captação do BPC e do LOAS, desde 2007, até para termos uma captação melhor da variável outros rendimentos que não são oriundos de trabalho, fizemos uma modificação na PNAD elencando todos os programas sociais. Foram feitas novas modificações em 2008 e em 2009 para aprimorar a captação dos outros rendimentos, já utilizando como um ensaio para a PNAD Contínua que contempla estas modificações. A PNAD Contínua terá resultados em 2014 e praticamente já preencheu esta lacuna.
- Também está sendo feita a Pesquisa Nacional de Saúde – PNS, inserida no SIPD, que vai a campo em meados de 2013. Ela trará o que foi pesquisado na PNAD em 1998, 2003 e 2008, e com novas questões que a tornam bastante abrangente.
- O trabalho infantil na faixa de cinco a nove anos está cada vez mais difícil de ser captado na PNAD dado que é um fenômeno raro.
- Em relação aos programas sociais, a PNAD em seu processo de estratificação prioriza os municípios maiores diferente da PNAD Contínua que tem o extrato de rendimento e vai a mais de três mil municípios. O poder de captação dos programas sociais será bem melhor na PNAD Contínua do que na PNAD. Também está havendo discussão sobre se a Segurança Alimentar entrará na POF ou na PNAD Contínua.

- Sobre os afazeres domésticos, está sendo feita uma modificação dentro do respectivo quesito na PNAD Contínua que vai elencar os serviços e vai trazer melhoras para o uso desta variável. A pesquisa do uso do tempo está tendo um grande investimento e está sendo discutido se será uma pesquisa solteira ou se irá junto com a POF ou como suplemento da PNAD Contínua. É importante ressaltar que os instrumentos que são inseridos na PNAD Contínua tem que ter um tamanho não muito grande, já que o objetivo principal da pesquisa é o de mercado de trabalho.
- Já foram realizados doze fóruns do SIPD que podem ser acessados pela página do IBGE na internet. É importante a participação de todos nestes fóruns, pois é onde são discutidos os questionários sobre os diversos temas. Lá poderão ser diminuídas as barreiras e tentar eliminar estas lacunas que existem.

### **Ricardo Fabrino – MEC**

- Este primeiro esforço do Grupo Executivo de fazer este inventário de lacunas ainda é um passo inicial. Jorge Abrahão tem razão quando disse que não há muitas estatísticas do MEC na área de tecnologia de ensino profissional. Para a área de ensino superior no MEC há uma profusão de estatísticas, mas ainda não são transparentes para a sociedade. É necessário difundir mais estas estatísticas. Inclusive há estatísticas muito sofisticadas, por exemplo, para a relação de aluno/professor, que foi objetivo do projeto Reuni (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) tentar aumentar esta taxa no ensino superior, a Secretaria de Ensino Superior do MEC fez uma fórmula que é ultracomplexa, considerando conceitos de aluno equivalente e professor equivalente. Enquanto que o Inep simplesmente fez a razão entre os dois números. Qual então considerar? Primeiramente disponibilizamos no inventário do Comitê as bases que têm as estatísticas mais estabilizadas e institucionalizadas que são as do Inep e as da Capes. O processo de integração também depende da integração entre os vários ministérios, por exemplo, o que a Educação pode combinar com o Trabalho e etc. Também com a área econômica, a questão do grau de estudo com a potencialidade de ganhos salariais. O MEC faz os dados administrativos, mas os indicadores são quase todos calculados em relação à população. A associação do ensino com a ocupação, exposta no comentário de Paula Montagner do MDS, é uma preocupação que deverá surgir daqui para frente no Comitê de fazer esta ponte.
- Por enquanto estamos tratando das informações oficiais, depois talvez tenhamos que avaliar informações provenientes da Fundação Getúlio Vargas, Fundação João Pinheiro, entre outras, já que todas fornecem indicadores e o tema de indicadores deve fazer parte do Comitê, pois são importantes para medir a eficiência do Governo Brasileiro no atendimento de seus programas.

### **Danielle Kineipp – Secretaria Executiva do MTE**

- Trazer para a discussão o ponto das outras formas de trabalho além do assalariado formal e informal. Por exemplo, a questão do microempreendedor individual, que tem ganhado muita importância na discussão do Governo Federal, e os beneficiários do microcrédito. Em certa medida há informações que são atendidas pela PNAD, mas ainda há muita lacuna neste aspecto. Dentro do próprio Ministério está em curso uma discussão sobre a criação de

uma base de dados para as cooperativas, temos a Secretaria de Economia Solidária que trata muito destas formas de autogestão, quer sejam cooperativas ou associações.

#### **Jailson Manguiera Assis – IBGE**

- Em relação ao comentário da professora Ana Maria Nogales sobre o pouco conhecimento do Comitê, cabe destacar que é uma diretriz do Comitê empreender esforços para dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos no Comitê. Vamos procurar fazer uma primeira divulgação em conjunto com os ministérios que compõem o Comitê, colocando um link para a página do Comitê em cada uma das páginas destes ministérios.
- Sobre o comentário de Daniele Kineipp do MTE, o IBGE tem uma pesquisa que foi divulgada há pouco tempo sobre empreendedorismo que pode revelar dados sobre os microempreendedores. Serão levadas para discussão no Comitê as questões sobre cooperativas e associações.

#### **Renan Carlos Dourado – Inep**

- Temos que avançar no batimento entre as informações de matrículas de creche e pré-escola com as idades da população.
- As reformas de ensino vêm acontecendo e temos que fazer modificações metodológicas para acompanhar estas reformas e fazer com que os dados acompanhem a realidade das políticas públicas.
- O Inep entende que as amostras não são capazes de captar fenômenos mais rarefeitos como EAD e cursos sequenciais, mas buscamos aproximar no que for possível e temos expectativa de a PNAD Contínua sanar algumas dificuldades que temos com a PNAD tradicional.
- O trabalho do Comitê é muito oportuno para maior divulgação das bases de dados e mapear o que é preciso melhorar. Temos que ter mais transparência com alguns dados, que às vezes, estão muito difusos nas secretarias do MEC.

#### **Júnia Quiroga – MDS**

- Estamos todos curiosos com os resultados da PNAD Contínua e certamente esta desagregação dos benefícios é um dos resultados que o MDS tem mais interesse. Gostaríamos de ter acesso ao material de estudo que vocês fizeram para chegar nesta análise de desagregação dos benefícios.

#### **Wasmália Bivar – Presidenta do IBGE**

- As instituições trabalharam com as suas próprias lacunas e tentando ver as lacunas uns dos outros. Este trabalho ainda não está completo, ainda falta o Ministério da Saúde, o Ministério da Justiça entrou na última Portaria então tem que ter um tempo para que as bases da Justiça possam integrar o Comitê e chegar ao estágio em que as outras áreas de trabalho estão neste momento. A ideia do Seminário era de que as áreas pensassem de acordo com as suas próprias necessidades e o Comitê pudesse pensar com uma abrangência maior. Quando houver percepção de alguma lacuna importante, estas podem ser enviadas a qualquer momento para o Comitê. Na página da internet tem a relação dos participantes.

- O propósito do Seminário é justamente difundir que existe esta instância e que está sendo feito um trabalho em cima destas necessidades. A professora Ana Nogales mencionou bem o pouco conhecimento ainda do Comitê na comunidade científica e entendo que em algum momento, o Comitê pode pensar em fazer uma jornada acadêmica para dar mais visibilidade a este trabalho.
- Uma questão referente ao comentário do Jorge Abrahão é que o IBGE, desde o primeiro dia, não está se sentindo como se todos estivessem contra nós. Pelo contrário, o trabalho que o IBGE vem fazendo no Comitê vem sendo muito valorizado. São importantes as instâncias de debate que o IBGE vem promovendo para discutir a sua própria produção e os seus próprios rumos, porque acreditamos que informação relevante é aquela que tem uso, então temos que discutir mesmo com os usuários.
- Gostaria de reafirmar que o Comitê tem sido uma atividade de Estado e que este Seminário demonstra muito bem isto. Quando vemos as instituições falando de suas próprias dificuldades e de suas próprias lacunas é um avanço técnico-cultural enorme e muito importante, porque expomos que há margem de melhorias e aperfeiçoamentos. Mostra que queremos apresentar, discutir e trabalhar nestes levantamentos. É preciso parabenizar este trabalho das lacunas, pois mostra um desprendimento das áreas técnicas a respeito de colocar suas questões mais delicadas à mostra de todos.
- As áreas têm valorizado muito o Comitê e demonstrado que é uma instância em que podemos avançar a partir do envolvimento destas diferentes áreas.

### **MESA 3: INFORMAÇÕES SOCIAIS DEMANDADAS AO BRASIL NO ÂMBITO DA REUNIÃO ESPECIALIZADA DE ESTATÍSTICAS DO MERCOSUL (REES) E OUTROS ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

**Eduardo Pereira - Coordenador-Geral de Estatística, Demografia e Atuária do Ministério da Previdência Social - MPS, CES / Comitê Gestor.**

- Trataremos nesta Mesa de um tema que já foi objeto no Primeiro Seminário Nacional do Comitê de Estatísticas Sociais que é a questão da produção de estatísticas e sua divulgação para organismos internacionais. Também trataremos nesta Mesa de outro tema, praticamente recente na área de estatísticas, que é a criação da Reunião Especializada de Estatísticas do MERCOSUL (REES), resultado de uma resolução assinada pelos países participantes do MERCOSUL com objetivo de harmonizar as estatísticas principalmente nas áreas social e econômica.
- Estava prevista a participação da Diretora de Pesquisas do IBGE, Marcia Quintslr, mas ela deve chegar mais tarde então a apresentação será feita por Zélia Bianchini.



**Zélia Bianchini - Diretora de Pesquisas substituta do IBGE, Coordenadora do Grupo Executivo do CES.**

- A Reunião Especializada de Estatísticas do MERCOSUL (REES) é uma instância criada pelo Grupo Mercado Comum, como órgão executivo do MERCOSUL, através da Resolução 14/10 de 09 de abril de 2010.
- No segundo semestre de 2012, a presidência *Pro Tempore* ficou a cargo do Brasil. Os representantes governamentais que coordenam os Sistemas Estatísticos Nacionais dos Estados membros são: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, Brasil; Instituto Nacional de Estadística y Censos, INDEC, Argentina; Instituto Nacional de Estadística, INE, Uruguai; e; Instituto Nacional de Estadística, INE, Venezuela.
- O objetivo principal é elaborar um Plano Estratégico Estatístico do MERCOSUL que permita a adoção de um Sistema Estatístico Harmonizado no âmbito do bloco. A palavra chave aqui é harmonização e tem muita relação com o que está sendo discutido no Comitê de Estatísticas Sociais. Só que a REES abrange áreas além das estatísticas demográficas sociais, que são estatísticas do meio ambiente, estatísticas econômicas e processos e infraestrutura estatística.
- Quando se fala em harmonização de estatísticas no MERCOSUL temos como antecedentes dois projetos importantes de cooperação da União Europeia com o MERCOSUL. Em 1999-2003 e depois 2007-2010 ocorreram várias experiências de grande envergadura em matéria de harmonização estatística no MERCOSUL. Nestes projetos, houve uma grande troca de experiência entre especialistas associadas às boas práticas na produção e difusão de estatísticas oficiais. A REES foi criada justamente para garantir a continuidade e sustentabilidade da produção de estatísticas regionais harmonizadas.
- Foram gerados produtos no âmbito destes projetos de cooperação entre União Europeia e MERCOSUL, dentre os quais: harmonização das estatísticas de trabalho entre os países do MERCOSUL; harmonização das medições dos conceitos relacionados com trabalho e rendimento nas pesquisas domiciliares sobre o mercado de trabalho; medição da pobreza nos países do MERCOSUL – Uma proposta de harmonização; Classificação de Atividades Econômicas MERCOSUL – CAEM; e; Classificação de Atividades Econômicas para Pesquisas Sociodemográficas – CAES MERCOSUL 1.0.
- Até o momento foram realizados cinco encontros da REES, sendo que quando se encerrou o projeto de cooperação entre UE e MERCOSUL já foi instituída a REES. Os cinco encontros foram: I Encontro - Dezembro de 2010, Rio de Janeiro, Brasil; II Encontro - Março de 2011, Assunção, Paraguai; III Encontro - Dezembro de 2011, Montevidéu, Uruguai; IV Encontro - Abril de 2012, Buenos Aires, Argentina; e; V Encontro – 22 e 23 de Novembro de 2012, Rio de Janeiro, Brasil. Neste momento o Paraguai não está fazendo parte, mas temos a expectativa que volte a integrar o grupo, mas deixou de participar deste último encontro.
- No dia que antecedeu o V Encontro da REES, ocorreu o Seminário MERCOSUL, organizado pelo IBGE com o apoio do Departamento do MERCOSUL do Ministério das Relações Exteriores, com o objetivo de fortalecer e ampliar a visibilidade do trabalho realizado pela REES. Cada vez que ocorrer um encontro da REES, este será precedido de um seminário.

- De uma forma muito resumida, as atividades que vêm ocorrendo no âmbito desse grupo são: reuniões da Comissão Permanente de Contas Nacionais; grupos de trabalho sobre estatísticas do mercado de trabalho, estatísticas do transporte rodoviário internacional de carga, classificações e nomenclaturas; e; inventário de operações estatísticas no MERCOSUL. Este inventário é bastante amplo, abrangendo toda produção estatística de cada país membro, sejam registros administrativos, censos, pesquisas ou outras fontes de informação.
- A título de exemplo no grupo de estatísticas do mercado de trabalho, tem um conjunto de quarenta e um quadros que foram harmonizados e produzidos com as informações de cada país para um conjunto de indicadores, disponibilizando a série de 2006 a 2011.
- Outra demanda que é nova neste conjunto de indicadores é a estruturação por várias faixas etárias, de 15 a 24 anos, 15 a 17 anos e 18 a 24 anos para o mercado de trabalho.
- Tem uma demanda forte do Observatório do Mercado de Trabalho do MERCOSUL (OMTM) de novos indicadores sobre três temas: rendimento de trabalho; setor de atividade; e; informalidade e precariedade do trabalho.
- O inventário de operações estatísticas no MERCOSUL tem por objetivo armazenar o conteúdo das estatísticas produzidas pelos países membros do Bloco para futura base de dados Regional que compreenda o inventário de todas as operações estatísticas nacionais de diferentes setores: Social, Econômico, Ambiental. É um trabalho de parceria com os Institutos Nacionais de Estatísticas e os Órgãos Governamentais produtores de informações dos países membros do MERCOSUL. Foi desenvolvida pelo INDEC da Argentina uma aplicação para o preenchimento destas informações de forma padronizada.
- Algumas decisões que ocorreram no último encontro da REES foram: interesse consensual dos países em tratar de temas sociais e o desejo de avançar. Decisão de aguardar as demandas do Instituto Social do MERCOSUL; acordado que o GT Estatísticas de Mercado de Trabalho deverá incluir o subtema trabalho infantil em suas atividades; integração da Venezuela em todas as atividades e Grupos de Trabalho; constituição de novo Grupo Trabalho sobre o Inventário de Operações Estatísticas no MERCOSUL; e; criação da Secretaria Geral da REES, a ser exercida pela Argentina.
- Muito trabalho está sendo desenvolvido pela REES e o Comitê de Estatísticas Sociais pode usufruir muito do que está sendo feito e também passar nossa experiência para a REES.

#### **David Montero Dias - Gerente de Relações Institucionais do IBGE.**

- Nos comentários anteriores feitos por Wasmália Bivar, Presidenta do IBGE, foi feito um reforço no papel de coordenação estatística nacional, que é um grande desafio, e a imagem do Brasil que é formada no exterior a partir de informações que nós provemos a entidades externas. Martim Cavalcanti também falou da necessidade de se unificar as estatísticas aqui no Brasil. Zélia Bianchini levantou tópicos importantes que são os princípios das estatísticas

oficiais preconizados pelas Nações Unidas. Professor Jorge Abrahão usou o termo de harmonização interministerial. Jailson Assis lembrou a necessidade de fazer links entre os diversos órgãos brasileiros para que um indique para o outro no âmbito da web.

- Nesta apresentação quero mostrar um pouco do que fazemos na Gerência de Relações Institucionais do IBGE para ver se com isso consigo contribuir com o Comitê e indicar caminhos a serem tomados no sentido de se alcançar os objetivos que o Comitê pretende.
- As principais atribuições da Gerência são: atendimento internacional (direto e site); recuperação estatística de informações externas ao IBGE (direto e internet); atualização parcial do site IBGE; Anuário Estatístico do Brasil; e; Brasil em Números.
- As demandas de atendimentos internacionais vêm principalmente destas entidades: ONU; UNSD; UNIDO; UNCTAD; UNESCO; FAO; OIT; OECD; BARRY TURNER; BRICS; CEPAL; CPLP; e; MERCOSUL.
- O Anuário Estatístico do Brasil é uma publicação que ocorre desde o ano de 1908 e reúne todas as informações estatísticas do IBGE e recebe muita contribuição externa.
- O Brasil em Números é subdividido em 21 temas e também recebe contribuição de várias entidades externas, mas o diferencial é que ele é bilíngue e, portanto, é orientado também ao mercado internacional. Ou seja, ele não deixa de ser também um atendimento a demandas internacionais, sendo encaminhado para o Ministério das Relações Exteriores e embaixadas. Incorpora comentários de especialistas renomados para cada um dos 21 temas e também é publicado anualmente com parceria com museus para contemplar aspectos culturais e regionais do Brasil. Já foram feitos vinte volumes.
- A atualização do site, por exemplo, está no Brasil em Síntese. Os dados são fornecidos pela Diretoria de Pesquisas do IBGE.
- Para as publicações são utilizadas informações que o próprio IBGE produz e de informações produzidas por 34 entidades externas. Então é importante que as entidades falem a mesma língua para facilitar este trabalho de recuperação estatística e que vai ao encontro do que está tentando se buscar aqui no âmbito deste Comitê. Às vezes temos mais facilidade e outras vezes menos.
- A tarefa de recuperar estatísticas e a tarefa de responder instituições internacionais são muito mais desafiadoras do que as publicações em si. O maior desafio é obter as informações de forma sistematizada e segura, porque a intervenção manual às vezes causa enganos e interpretações distintas.
- Em relação ao atendimento internacional via site, destaca-se que o site é disponibilizado em três idiomas: português, inglês e espanhol. Portanto, é orientado para pelo menos três públicos diferentes.
- O total de atendimentos via site aumentou muito no decorrer dos anos, chegando a quase trinta milhões para o ano de 2011.
- Hits é um termo especializado de quem trabalha com internet que é a contagem de acessos que fica registrado na contabilidade daquela página. A

página do IBGE como um todo contabiliza algo em torno de dois bilhões e quinhentos milhões de hits para o ano de 2011.

- O IBGE tem uma coleção de páginas que é Países@, Estados@ e Cidades@. Estas páginas são alimentadas com dados socioeconômicos de várias fontes de dados, não só do IBGE, mas também de fontes externas. O Países@ tem cerca de seis milhões de acessos no período dos últimos dois anos. Essa questão de acesso acontece através por diferentes meios. 50% acontecem por um sistema de busca, como o Google. 20% são de acessos referenciados, que é o que o Jailson sugeriu, são links cruzados. Ou seja, ao entrar na página do ministério e tiver um link para o IBGE e vice-versa, mantemos o usuário dentro do âmbito oficial que o Comitê está tentando buscar. Então é importante reforçar esse acesso referenciado, buscando uma harmonização interministerial e os links cruzados.
- Uma curiosidade é quando verificamos o público que está acessando o site Países@. Cerca de dois terços dos acessos são feitos por usuários de fora do Brasil. Então isto caracteriza um atendimento internacional.
- Há no site Cidades@ um serviço de *web service*, no qual se faz uma programação e este dispositivo vai à página de um parceiro ou de outra entidade e busca uma informação online. Esse tipo de solução é o que sugiro que se tente desenvolver entre os entes do Sistema Estatístico Nacional. Assim, teríamos a operacionalidade facilitada, confiabilidade garantida por um canal único e também manteria a troca de informações de forma bastante eficiente, sem necessidade de telefonar, passar e-mail ou solicitar a informação.
- As demanda internacionais chegam para a Gerência de Relações Institucionais por quatro portas: alguns organismos fazem a solicitação diretamente; através da Diretoria de Pesquisas; através da Diretoria de Geociências; e; através da Presidência do IBGE. Há um tratamento das demandas, distribuição para as coordenações competentes especializadas, depois recebemos das coordenações e respondemos as demandas internacionais. Isto é feito desta forma para ter organização e registro das demandas. Temos que ter a responsabilidade de devolver a informação mais precisa possível e ter noção do que isto representa.
- Em relação às informações que são demandadas, temos as seguintes:
  - a) Divisão de Estatísticas das Nações Unidas.
    - i) Boletim mensal, que é um questionário estatístico bem amplo que envolve deste a parte populacional até a parte industrial;
    - ii) Questionário de produção de commodities industriais;
    - iii) Contas nacionais;
    - iv) Informações censitárias;
    - v) Questionários de classificação;
    - vi) Questionários de estatísticas ambientais;
    - vii) Números índices de produção industrial.

- b) Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO.
- c) Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD.
- d) Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, que nos questiona sobre analfabetismo e ações e programas educacionais no Brasil.
- e) Organização Internacional do Trabalho – OIT, que solicita informações do mercado de trabalho.
- f) Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OECD, que demanda informações para o Factbook que é um compêndio com todas estas informações.
- g) The Statesman's Yearbook. É uma entidade britânica que concentra os dados.
- h) Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL. Tem publicações das mais diversas. Hoje atendemos o gasto com proteção ambiental e o anuário estatístico deles.
- i) Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP. Agora estamos respondendo os questionários de investimento e dívida externa. Os países membros deste grupo estão recebendo apoio do IBGE para realizar os seus respectivos censos.
- j) Outras demandas vem do BRICS, bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A última publicação foi feita em Nova Deli em maio de 2012.
- k) Há demandas que estão por vir do MERCOSUL decorrentes da Reunião Especializada de Estatística do MERCOSUL – REES.
  - Existem pedidos da mesma informação por diferentes organismos internacionais.
  - A Gerência de Relações Institucionais faz um controle do fluxo dos questionários internacionais, que representam algo em torno de 400 e-mails por ano, atendidos por dois servidores de nível superior, em tempo parcial, com conhecimentos mínimos de inglês e espanhol.
  - Tenho uma percepção de que a demanda de dados por parte da sociedade está aumentando numa velocidade muito grande. Isto é um indicador de que temos que nos organizar para atingir esta harmonização entre os produtores de informação o mais rapidamente possível. Se não fizermos isto, alguém vai se propor a fazer e além de não ser a oficial, corre o risco de não representar a realidade.
  - Começaram a surgir novas demandas. A ONU fez uma conferência em 2009 reconhecendo a importância do relacionamento de dados estatísticos com dados geoespaciais. A ONU recomendou que o CP-IDEA (Comitê Permanente para as Infraestruturas Geoespaciais das Américas), PCGIAP (Comitê Permanente para a infra-estrutura de Sistemas Geográficos de Informação – GIS para a Ásia e o Pacífico), e a Divisão de Estatísticas das Nações Unidas e outras organizações internacionais integrem dados geográficos e estatísticos.

- Em 2010 este mesmo grupo reforçou a importância desta integração e fez um apelo para que todos os institutos nacionais de estatística participem ativamente, em parceria no desenvolvimento de infraestruturas de dados, aproveitando ao máximo da tecnologia da informação e compatibilizando metadados estatísticos e geográficos.
- Em 2011, fruto destas duas reuniões anteriores, foi criado um grupo especialista que é o Global Geospatial Information Management Forum – GGIM. Este grupo de especialistas recebeu demanda para fazer vinculação de informações geoespaciais com informações estatísticas.
- Já estamos recebendo questionários destas iniciativas. O Survey of Linking Geospatial Information to Statistics quer saber como está se desenvolvendo este processo de informações geoespaciais aqui no Brasil.
- Aliado a estas iniciativas temos também as iniciativas ambientais.
- A gestão *Pro Tempore* do CP-IDEA está com o Brasil e a Secretaria Executiva está a cargo do IBGE. Este grupo é formado por vinte quatro países das Américas e do Caribe. O CP-IDEA também nos manda questionários internacionais.
- Este trabalho tem aumentado e temos que ficar atentos no controle do que cada um de nós está respondendo a estes organismos para que façamos de forma sincronizada.
- Destaco novamente os três últimos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais que são muito usados por nós: a coordenação entre os órgãos de estatística de um país é indispensável, para que se obtenha coerência e eficiência no sistema estatístico; a utilização de conceitos, classificações e métodos internacionais pelos órgãos de estatística de cada país promove a coerência e a eficiência dos sistemas de estatística em todos os níveis oficiais; e; a cooperação bilateral e multilateral na esfera da estatística contribui para melhorar as estatísticas oficiais em todos os países.
- A Gerência de Relações Institucionais do IBGE se oferece a dar apoio ao Comitê e aos diversos ministérios e órgãos para dar suporte a uma sistemática integrada de atendimento às demandas estatísticas internacionais. Muitos de vocês também recebem estas demandas, então queria propor um estreitamento do relacionamento entre as entidades governamentais a fim de facilitar a operação de intercâmbio estatístico.

### **Comentários - Eduardo Pereira**

- O Ministério da Previdência também responde a algumas demandas de organismos internacionais e enfrenta alguns problemas que devem ser similares aos que ocorrem em outros ministérios.
- Em princípio não deveríamos ter problema para responder uma demanda setorial. Quando alguém quer informação sobre Previdência Social vai ao IBGE e se for algo mais detalhado pergunta ao MPS. Mas uma questão que surge é perguntar para quem no MPS. Muitas vezes esta demanda vai parar em algum lugar que não é o especializado e a informação que sai pode não ter tido o

tratamento e reflexão adequados ou sem uma preocupação de consistência com outras informações que são publicadas. Os questionários que chegam costumam pedir informações não apenas da área de previdência, mas muitas vezes sobre trabalho, população, saúde, que são áreas correlatas. E isto se torna mais complicado ainda, porque às vezes você não sabe para quem mandar ou onde conseguir tais informações.

- Existem problemas de coordenação setorial, dentro de uma determinada área de um órgão de governo, em que muitas vezes não existe uma área específica para fazer a resposta. Também existe problema de coordenação intersetorial quando recebe um questionário com temas que vão além da área e não se sabe como proceder.
- É necessário que exista uma padronização, definição de fluxo e de responsabilidades dentro de cada ministério para atender as demandas relativas à área do ministério, com o cuidado de que a informação que esteja saindo tenha qualidade e seja consistente com outras informações. Talvez o Comitê de Estatísticas Sociais seja um espaço onde se possa colocar esta preocupação de ter informações consistentes e divulgadas de uma forma com maior qualidade e precisão, para que os ministérios e os órgãos tenham interesse em organizar e definir esse pacote mínimo de tratamento de fluxo de informação.
- Essa sugestão de definição de fluxo e responsabilidades que se aplicam dentro de cada órgão, também se aplica quando há demandas intersetoriais, embora seja um pouco mais complicado porque sabemos que no Governo há muita dificuldade de fazer trabalho intersetorial. Mas o processo não seria muito diferente, basicamente teria que definir o fluxo de informação de quando recebe um formulário e precisa de informação de outra área, tem que saber quem é o responsável para encaminhar aquela demanda ou saber onde obter aquela informação.
- Numa fase mais avançada talvez o Comitê possa colaborar para criar esse espaço onde os ministérios, inicialmente da área social, interajam e identifiquem quem são os responsáveis em cada área para que possa encaminhar ou entrar em contato no caso de precisar de uma informação estatística de outra área. Só em saber para quem enviar a demanda já facilitaria muito o trabalho.
- A apresentação do David Montero foi interessante por mostrar como o IBGE trata este fluxo e talvez sirva de inspiração para ser adotado nos demais ministérios.
- A quantidade de temas na área social apresentada pela Zélia na parte da manhã é muito grande, passando por população, saúde, educação, entre outros. Quando se fala sobre a harmonização de estatísticas entre países, que é objetivo da REES, mesmo que seja apenas para o recorte das estatísticas sociais é um trabalho hercúleo para harmonizar as estatísticas entre quatro países. Esse volume exige que se tenha uma priorização e pela indicação do último encontro da REES parece que vai se iniciar pelo tema de trabalho. Na abertura feita por Paulo Jannuzzi, ele disse que o avanço das políticas públicas leva a melhoria das estatísticas, quando se procura avançar as políticas acaba gerando as condições para produzir estatísticas. Levando em conta a fala do Paulo Jannuzzi na questão das priorizações no âmbito da REES, usando este critério talvez tivéssemos que ver que área de integração está mais avançada e

aí então trabalhar nesta área porque teria mais possibilidade de ter recursos para fazer a harmonização de estatísticas. Mas existem outros critérios de priorização, por exemplo, priorizar o que tem mais facilidade, o que é mais comum entre os países. Fazendo primeiro o mais fácil poderia gerar sinergia para depois avançar na harmonização de outras áreas mais complexas. Outro critério seria priorizar o que é mais relevante.

- Outro aspecto importante em relação à REES são alguns objetivos que estão colocados na resolução, como a criação de uma metodologia comum na produção de estatísticas e a busca de padronização de nomenclaturas e codificações. Ter em conta estes objetivos é uma oportunidade de aprimorar os processos de produção de estatística nestes aspectos.

### **DEBATES MESA 3**

#### **Marcia Quintslr – Diretora de Pesquisas do IBGE**

- O Brasil não está isolado, temos um mundo em volta que conclama por informação, integração e harmonização. Na hora que o mundo pede informação, o tema que se coloca é a questão dos questionários internacionais. A harmonização se coloca para blocos como o MERCOSUL, mas também tem ligação com os questionários internacionais. E estas questões são pauta do Comitê Gestor e temos que ficar atentos a estes aspectos, porque a questão dos questionários internacionais está ligada à forma de como o país se reporta para fora. Um exemplo concreto de questionário internacional foi quando o Governo Brasileiro conclamou os diversos ministérios para atender uma demanda relacionada com o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Wasmália Bivar foi convidada para esta reunião e eu a acompanhei. Naquele momento, imediatamente organizamos aquele material e passamos também para os representantes do Comitê de Estatísticas Sociais. Isto foi fundamental para que tivéssemos as informações dos ministérios dentro do prazo que era exíguo. O representante do Comitê até podia não ser a pessoa que respondeu, mas deu agilidade dentro de cada órgão para que aquela informação fosse produzida. Foi apenas um caso, mas mostra que devemos manter esta capacidade de ação integrada, que como Eduardo Pereira pontuou, deve ser aprimorada com uma questão de definição de processos e fluxos que não é trivial.
- Sobre a REES, temos que lembrar que as diversas áreas temáticas possuem suas representações no MERCOSUL. A área do trabalho tem o Observatório do Trabalho, a área de educação tem a sua vertente, cada um tem uma vertente. Então, cada um estava tratando de definir seus indicadores. Quando se cria uma instância de estatística, a REES vai ser um lugar de confluência deste trabalho e novamente, o Comitê de Estatísticas Sociais assim como o de Econômicas, serão lugares importantes para identificação das principais demandas e principais fontes, como Zélia Bianchini falou do inventário de operações estatísticas produzidas no MERCOSUL.
- Para o Comitê, tanto a questão da harmonização quanto a questão dos questionários internacionais, se colocam muito fortes e percebo que há uma expectativa de uma atuação nossa para dar uma ordem ao que vai ser



encaminhado em termos de estatísticas sociais para o MERCOSUL, assim como atuar dando uma ordem ao que é trabalhado em termos de questionários internacionais no que diz respeito a área social.

#### **David Montero Dias - IBGE**

- Uma retificação durante a minha fala é que no Cidades@ tem sim informações sobre trabalho. Há muitos itens de Censo Demográfico e de sínteses, entre outros, sobre indicadores da área social.

#### **Herton Ellery Araújo - IPEA**

- Perguntou se existe uma lista do que é demandado e de quem pede as informações.

#### **David Montero Dias - IBGE**

- Existe um núcleo básico principal de demanda que não varia muito. Temos percebido uma crescente alteração nestas propostas de demanda. Há demandas novas oriundas de grupos de trabalhos novos. Entende que o Comitê crie uma diretriz para que os ministérios e órgãos respondam e se comportem de forma uníssona.

#### **Marcia Quintslr – Diretora de Pesquisas do IBGE**

- Os questionários internacionais chegam dos organismos internacionais buscando informações oficiais do país para depois utilizar estas informações na construção de outros indicadores, por exemplo, IDH, fazer avaliações de metas do milênio e outros usos que estas organizações dão para nossos dados. Este atendimento vai sempre requerer um trabalho de consolidação de organização da informação, até porque ele é de altíssima responsabilidade, já que o resultado é um dado do Brasil que passa a constar na página de outro organismo.

#### **Jorge Abrahão – IPEA**

- Há muita informação diversa mesmo nos organismos das Nações Unidas. Há um conjunto de informações no WDI diferente de informações na CEPAL. Como usuários, ficamos em dúvida em decidir qual a principal fonte. Há algum tipo de preocupação de harmonização das Nações Unidas entre estes organismos? Há alguma forma de cobrar deste conjunto ao perceber a existência de dados diferentes, por exemplo, entre WDI e CEPAL?

#### **Rosemary Vallejo – IBGE**

- Em relação à preocupação de divergências de números em diferentes organismos internacionais, acho que uma alternativa é que no futuro exista um acompanhamento das relações institucionais, mas que isto seja feito via sistema, com uma interoperabilidade sistema-sistema para que estas divergências não aconteçam. Verificamos que fornecemos um tipo de informação que acaba sendo trabalhada e disponibilizada de outra forma. Temos que criar um protocolo de trabalho para que não haja duplicidade de informações e que haja uma checagem das informações que vêm sendo disponibilizadas, tanto na área de pesquisas sociais, quanto na área de pesquisas econômicas.

## **Marcia Quintslr – Diretora de Pesquisas do IBGE**

- Em relação ao comentário de Jorge Abrahão, existe a Comissão de Estatísticas das Nações Unidas que se reúne anualmente, para estabelecer junto à comunidade estatística internacional as diretrizes relacionadas à produção de informação estatística. Na última reunião da Comissão, foi criada uma instância chamada Grupo de Amigos da Presidência para gerar uma ação coordenada da Divisão de Estatísticas com todos os órgãos de estatística das diversas agências das Nações Unidas. Os dirigentes dos institutos de estatística têm feito há anos este questionamento que foi colocado aqui. Na próxima reunião no início de 2013, o Grupo de Amigos da Presidência fará seu primeiro informe sobre este problema. Existem outras iniciativas, como a padronização de metadados proposta pelo SDMX. O Comitê precisa acompanhar estas ações. Herton Araújo já fez uma proposta concreta que é mapear quais são as demandas rotineiras nos diversos órgãos, pelo menos nos que integram o Comitê e possivelmente de outros que não integram. Agora o Jorge Abrahão fez a sugestão de identificar a instância para mandar as divergências encontradas.

## **David Montero Dias - IBGE**

- Complementando o que disse Marcia Quintslr em relação ao comentário de Jorge Abrahão, há sim a quem recorrer, mas um passo anterior é fazer a checagem de informações dentro do país para que não tenham inconsistências. Se conseguirmos este objetivo, no âmbito do Comitê, vamos causar uma respeitabilidade tamanha que começaremos a ter uma liderança de fato.
- Em relação ao comentário feito por Rosemary Vallejo, a saída realmente é por conta da automatização dos nossos procedimentos para evitar erros humanos e a questão do projeto do nosso site, quando propomos novas iniciativas temos que lembrar de que ocorrerá mais um encargo para frente no sentido de manter a atualização.

## **MESA 4: PRÓXIMOS PASSOS DO COMITÊ DE ESTATÍSTICAS SOCIAIS**

### **Marcia Quintslr - Diretora de Pesquisas do IBGE, Coordenadora do Comitê Gestor do CES.**

- Os debates relativos à Mesa 4 serão embasados na apresentação a ser feita por Zélia Bianchini, sobre reflexão de próximos passos que vem sendo acumulada no âmbito do Comitê. Os Comentários serão feitos por Ana Starling do Ministério do Planejamento. A partir daí será aberto espaço para os debates.

### **Zélia Bianchini - Diretora de Pesquisas substituta do IBGE, Coordenadora do Grupo Executivo do CES.**

- O desafio para o Comitê de Estatísticas Sociais é muito grande. Neste Seminário estamos apresentando os avanços, mas sabemos que ainda há

muito que ser feito. No próprio trabalho das lacunas foi apresentado um conjunto que ainda não esgota o trabalho que é bastante complexo. Neste sentido, não necessariamente conseguiremos apresentar aqui todos os próximos passos do Comitê, temos que estar sempre revendo, reorganizando e reestruturando.

- Na questão da documentação das bases de dados, já temos metadados padronizados de acordo com o padrão do IBGE. Esta documentação vem atender aos objetivos do Comitê de Estatísticas Sociais, sendo elemento primordial para: construção de diagnóstico das mesmas bases; subsidiar a definição de demandas por estatísticas sociais; instituir a cooperação dos órgãos produtores; e; fortalecer e aprimorar as informações estatísticas sociais oficiais.
- Em termos de novos desafios temos a importância da manutenção atualizada dos metadados e associação de links com as bases de dados. Há uma preocupação do Comitê em fazer a atualização automatizada nos metadados das bases inventariadas, neste sentido, a utilização da ferramenta *web service* está sendo discutida para fazer este processo não apenas nas bases do IBGE, mas como das outras instituições do Comitê.
- Ainda temos que incluir os metadados das bases do Ministério da Justiça, que foi incorporado recentemente ao Comitê.
- Ainda falta a sistematização sobre as formas de acesso para o uso público, os critérios de acesso e a padronização do tratamento do sigilo.
- A partir da elaboração dessa documentação, o Comitê de Estatísticas Sociais tem por meta: identificar potencialidades e lacunas nessas bases; avançar na visão sistêmica do que cabe ajustar ou agregar na produção e consistência das informações de natureza social; e; estimular, avaliar possibilidade e instrumentalizar a análise integrada dessas diversas bases. É um trabalho intenso que foi feito até então, mas ainda há muito a ser trabalhado e discutido.
- É importante fazer um trabalho de complementação da identificação das lacunas nas áreas de saúde, pobreza e justiça. Precisamos rever e atualizar das áreas de trabalho e educação, porque é sempre um trabalho contínuo que não pode ser interrompido.
- No que diz respeito ao ponto de avançar na análise integrada dessas diversas bases, nós tivemos no final de agosto de 2012 uma reunião conjunta do Comitê Gestor e do Grupo Executivo onde foram feitas várias apresentações sobre iniciativas recentes para integração, documentação, harmonização e acesso às bases de dados. Foram apresentados: a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE; a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA; a Implantação da Lei de Acesso à Informação – LAI; a Reunião Especializada de Estatísticas do MERCOSUL – REES; e; o Padrão SDMX – Statistical Data and Metadata eXchange.
- A Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE tem o propósito de catalogar, integrar e harmonizar dados e informações geoespaciais (IG) existentes nas instituições do governo brasileiro, produtoras e mantenedoras de IG, facilitando a sua localização, exploração e acesso para os mais diversos usos.

- A INDE tem um conjunto integrado de tecnologias, políticas, mecanismos e procedimentos de coordenação e monitoramento, padrões e acordos, necessário para facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal. Isto foi estabelecido pelo Decreto 6.666 de 2008.
- Os gestores da INDE são a Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR, a Secretaria de Planejamento e Investimentos – SPI do Ministério do Planejamento e o IBGE. A CONCAR tem o propósito de avaliar novos projetos de produção de IG, homologar os padrões e normas da INDE e coordenar a implantação do DBDG (Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais) de acordo com o Plano de Ação. A SPI promove, junto aos órgãos das administrações federal, distrital, estaduais e municipais, por intermédio da CONCAR, as ações voltadas à celebração de acordos e cooperações, visando ao compartilhamento dos seus acervos de dados geoespaciais. Ao IBGE compete construir, disponibilizar e operar o geoportal da INDE - SIG Brasil, gerir o Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais – DBDG, divulgar os procedimentos para acesso aos dados e metadados e produzir/prover IG, normas e padrões.
- Todas estas ações estão disponíveis no portal da INDE ([www.inde.gov.br](http://www.inde.gov.br)), tem o catálogo de metadados através do portal [www.metadados.inde.gov.br](http://www.metadados.inde.gov.br) e as ferramentas de visualização em [www.visualizador.inde.gov.br](http://www.visualizador.inde.gov.br). O objetivo aqui não é fazer uma apresentação detalhada da INDE, muitos de vocês já conhecem e caso não conheçam sugiro que visitem o portal, pois é muito interessante. Ali é possível integrar várias bases de dados com várias camadas, em termos de vários indicadores que são produzidos e analisados.
- Outra iniciativa dentro desta perspectiva é a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA, que é um conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação de dados abertos. A INDA é regulamentada pela Instrução Normativa nº 4, de 13 de abril de 2012, com seu acesso feito através do portal [www.dados.gov.br](http://www.dados.gov.br). O Portal Brasileiro de Dados Abertos é a ferramenta disponibilizada pelo governo para que todos possam encontrar e utilizar os dados e as informações públicas.
- Os objetivos principais da INDA são: proporcionar a busca, o acesso, o reuso e cruzamento dos dados públicos de maneira simples e eficiente; coordenar a padronização na geração, armazenamento, acesso e disseminação dos dados e informações de governo; e; incentivar a agregação de valor e fomentar a colaboração com o cidadão na implementação de novos serviços.
- Há também um conjunto enorme de instituições que estão colocando suas informações na INDA.
- O SDMX - Statistical Data and Metadata Exchange é uma iniciativa internacional com várias organizações envolvidas, dentre elas: FMI, Eurostat, World Bank Data Group, UN Statistical Division, European Central Bank, Bank for International Settlements, Organisation for Economic Co-operation and Development. Estas organizações vêm há mais de uma década trabalhando nesta iniciativa, na busca de processos eficientes para troca e compartilhamento de dados e metadados, através de normas técnicas e

diretrizes estatísticas, juntamente com uma infraestrutura de serviços e ferramentas de TI.

- Permite uma maior harmonização dos processos estatísticos, reduz a intervenção manual e garante a padronização de metadados estatísticos, aplicações de TI e infraestrutura de TI. A fala da Rosemary Vallejo sobre a troca de dados e metadados por sistema de forma automatizada tem muita relação com este ponto. Entretanto, o SDMX é uma ferramenta para dados agregados, ou seja, a partir da construção de indicadores de informações agregadas. Não é para bases de dados individualizados, para isto há outros padrões, como o DDI que é uma forma de padronizar dados individualizados.
- O site do SDMX é o [www.sdmx.org](http://www.sdmx.org), onde podem ser encontrados todo o histórico e antecedentes.
- O IBGE vem tendo algumas iniciativas que visam estabelecer contato com outros órgãos que estejam usando o padrão SDMX para troca de experiências sobre o assunto, estudar a viabilidade e complexidade da implantação do padrão SDMX no IBGE e construir um protótipo para disponibilizar um pequeno conjunto de dados agregados e seus metadados no formato SDMX.
- As atividades em andamento no IBGE, em relação ao SDMX, são: reformulação do modelo de dados do Banco de Metadados para contemplar os novos atributos de metadados para a geração desse padrão via Sistema de Dados Agregados - SIDRA; e; projeto piloto de dados agregados para a OECD em formato SDMX, com indicadores de estatísticas econômicas de curto prazo, que foi um compromisso de 22 países que estão fazendo este mesmo estudo.
- Comentei muito rapidamente sobre estas iniciativas que foram discutidas em reunião do Comitê em 28 de agosto de 2012. O conhecimento destas iniciativas é importante para avaliar em que sentido elas podem ser úteis para que os trabalhos do Comitê de Estatísticas Sociais possam avançar para facilitar o acesso à informação, que é uma das diretrizes do Comitê.
- O Comitê ainda precisa avançar em direção à análise integrada das diversas bases. Neste sentido, é preciso retomar a elaboração de um quadro resumo que permita obter uma visão comparativa de todas as bases de dados inventariadas; apresentar indicadores selecionados, envolvendo as diversas bases de dados cadastradas pelo Comitê, no formato de um folder, que seria mais uma forma de disseminar o Comitê; e; divulgar um conjunto de indicadores selecionados através da INDE, que proporcione olhar integrado das bases cadastradas pelo Comitê, que foi uma recomendação do Comitê Gestor.
- Há necessidade de avançar na padronização de documentação, documentando as formas de acesso às bases de dados e trocando esta experiência entre as instituições integrantes do Comitê. Adicionalmente, articular com os outros ministérios e institutos a questão do avanço no uso do SDMX, que é uma recomendação da Divisão de Estatística das Nações Unidas como padrão para troca de metadados e dados agregados.
- A questão do atendimento às demandas internacionais deve ter um esforço para unificar as respostas dos questionários e informações da área social demandados por organismos internacionais, que são pontos estratégicos; estreitar os contatos de quem responde a fim de facilitar a operação de

intercâmbios estatísticos; e; propor uma sistemática integrada de atendimento as demandas estatísticas internacionais.

- Manter a realização de Seminário Nacional anual para avaliar o estado das artes das atividades do Comitê, com vistas a um futuro seminário internacional.
- Existe a questão estratégica do que devemos priorizar, pois temos que avançar em várias frentes e o trabalho que já foi feito tem que ser mantido e atualizado. Temos um grande desafio pela frente, com um trabalho de integração com as diversas unidades e que depende da participação de todos.

**Ana Lúcia de Lima Starling - Diretora do Departamento de Temas Sociais da Secretaria de Planejamento e Investimentos do Ministério do Planejamento - MP, CES / Comitê Gestor.**

- Algumas falas hoje apontaram para a necessidade de integração e harmonização de informações de dados estatísticos para o planejamento de políticas públicas tendo em vista a estratégia de desenvolvimento dos últimos 10 anos, a qual resgata a função planejamento no bojo do Estado Brasileiro, com destaque principalmente para o fortalecimento do conjunto de direitos sociais estabelecidos na Constituição de 1988. Mais cedo, Paulo Jannuzzi alertou para a relação entre um sistema de políticas públicas e um sistema de informação. Melhor dizendo, quanto mais complexo um sistema de políticas públicas maior é a complexidade de um sistema de informação para os usuários em qualquer das três esferas de poder.
- Vou direcionar os meus comentários para a INDE - Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais que, como a Zélia mencionou em sua apresentação, tem como gestores a CONCAR, a SPI/MP e o IBGE. A SPI e o Ministério do Planejamento consideram a importância estratégica da INDE enquanto ferramenta de planejamento, de implementação e de gestão de políticas públicas no território.
- Estamos trabalhando na divulgação e disseminação dessa ferramenta, a princípio, no âmbito do Governo Federal e promovendo, em parceria com o IBGE, a capacitação de técnicos e de gestores de geoinformação. Posteriormente, chamaremos estados e municípios interessados em utilizar a ferramenta nos respectivos processos de planejamento. O objetivo da SPI e do MP é o uso da ferramenta INDE para o fortalecimento do sistema de planejamento e orçamento nacional, onde União, estados e municípios possam compartilhar informações e dados geoespacializados resultantes da estratégia nacional de desenvolvimento em curso. Desta forma, os investimentos e as políticas serão revelados nos territórios, espaços geográficos onde estão os cidadãos e onde as políticas são implementadas.
- Já foram carregados na INDE todo o Censo Demográfico de 2010 georreferenciado e o Anexo III do PAC, com todos os grandes investimentos. Estamos chamando os ministérios para adicionar seus dados já estruturados e georreferenciados para integrarem a base de dados da INDE.
- Já temos feito alguns exercícios e reuniões com Órgãos como, por exemplo, o INCRA que já tem disponível toda a malha fundiária georreferenciada do país. Esta informação vai servir de subsídio para o cadastro ambiental rural e para a

gestão e regularização fundiária. O INCRA já está trabalhando com os critérios da INDE para que possam carregar as informações na referida plataforma.

- Já fizemos duas reuniões do Fórum de Gestores de Geoinformação, que tem o objetivo de avaliar a qualidade da geoinformação para a implementação e o monitoramento das políticas setoriais e congrega técnicos dos diversos ministérios da área da tecnologia e gestão da geoinformação.
- Deste Fórum saíram vários encaminhamentos. Dentre eles, a necessidade da CONCAR atualizar seus padrões e normas no uso da geoinformação em função do avanço da tecnologia. Outra sugestão foi a realização de uma jornada acadêmica, com a participação da academia onde foi apontado a necessidade de formação de recursos humanos para tratar da informação georreferenciada.
- Ainda em relação à diretriz estratégica de fortalecer o sistema de planejamento, cabe destacar o movimento da SPI no sentido de construir agendas territoriais para o desenvolvimento com base na articulação entre o PPA federal e os PPA's estaduais e na indução da elaboração dos PPA's municipais, diante da renovação de mais de 70% dos prefeitos. É um trabalho de fôlego diante do nº de municípios, mas faremos isto por meio da adesão dos Estados. Esta articulação está sendo feita por meio do CONSEPLAN – Conselho Nacional de Secretários de Planejamento e pela RENOP – Rede Nacional de Orçamento e Planejamento, chamada pela SOF e SPI. Houve uma reunião da RENOP em meados de novembro de 2012, onde estavam presentes todos os secretários de planejamento e orçamento dos estados. Na reunião, a Secretária da SPI, Esther Albuquerque, colocou esta proposta para os secretários estaduais de construir agendas territoriais para o desenvolvimento e, desta forma, fortalecer a interlocução entre o PPA federal e os estaduais e a consecução do desenvolvimento dos territórios. Em março, daremos início ao curso de capacitação de gestores estaduais daqueles Estados que aderiram ao projeto. Assim esperamos capacitá-los enquanto multiplicadores junto aos gestores municipais para o processo de elaboração do PPA 2014 - 2017. A construção e implementação das Agendas de Desenvolvimento Territorial é a grande diretriz e, para efetivá-la estamos apostando na INDE como ferramenta para esta coordenação do sistema de planejamento. Para isto estamos trabalhando junto com o IBGE na harmonização desta plataforma e junto aos ministérios para que eles carreguem as suas bases de dados com vistas à disseminação e democratização do acesso às informações que são fundamentais.
- Outro aspecto que o MP conseguiu efetivar foi a centralização da compra de imagens por satélite pelo Governo Federal. Estas imagens vão estar disponíveis na INDE para que os ministérios façam uso.
- A aposta estratégica que estamos fazendo é apontar para a necessidade de integração dessas bases de dados na plataforma INDE para que possamos melhorar a eficácia da gestão pública, e, desta forma, atender às necessidades dos cidadãos brasileiros.

## Comentários - Marcia Quintslr

- Em relação ao desenho estratégico fundamental que está colocado para a coordenação do sistema de planejamento e orçamento federal, que foi comentário da Ana Lúcia Starling, novamente a palavra coordenação aparece e é muito positivo, pois já se começa a pensar em otimizar gastos, em sermos mais eficientes como país, independente da aplicação efetiva em que a coordenação está atuando.
- Os avanços da INDE e todo o empenho para buscar adesão dos ministérios é muito relevante e é possível fazer um link com o Comitê de Estatísticas Sociais. A INDE, de fato, é um instrumento que temos que considerar naqueles objetivos importantes que a Zélia mencionou de alcançarmos a análise integrada das bases de dados que foram inventariadas pelo Comitê e facilitar o acesso à informação. Na reunião de agosto que a Zélia mencionou, o Comitê Gestor e o Grupo Executivo entenderam que a INDE precisa ser analisada e vista como um exercício para um primeiro produto de indicadores que proporcione um olhar integrado das bases cadastradas pelo Comitê, de forma geoespacializada.
- Temos a questão dos questionários internacionais, mas também temos o compromisso de fazer um esforço de coordenar as demandas para o MERCOSUL no que diz respeito à área social.
- A questão dos seminários nacionais tem um objetivo de proporcionar visibilidade dos esforços do Comitê e criar uma oportunidade para que também ouçamos as instituições que não compõem o Comitê. Tem que acontecer anualmente, pois é estratégico. A ideia do Seminário Internacional é de ouvir experiências de outros países, mas primeiramente queríamos acumular experiência interna para que o debate fosse mais qualitativo.
- Na agenda de futuro, especialmente para o Comitê Gestor, temos que começar a pensar, a partir desta lista de pontos que a Zélia colocou, em custos e recursos. Porque começamos a ter algumas ações desenhadas que podem requerer uma consultoria. Até o momento temos trabalhado, e muito bem, apenas em cima dos esforços que cada instituição tem alocado.
- Este Seminário foi mais uma atividade de sucesso e todos merecem parabéns por suas apresentações, comentários, coordenação dos debates, pelas perguntas, pelas reflexões. Esta foi apenas mais uma etapa para que avancemos com os trabalhos do Comitê de Estatísticas Sociais.